LEVANTAMENTO DE DADOS: ÁREA REGIONAL PIRACICABA

1. Introdução

A apresentação de informações referentes à Área Regional de Piracicaba tem como objetivo trazer um panorama geral da realidade social da região a fim de embasar os trabalhos iniciais do Plano Geral de Atuação (PGA) na perspectiva de um Projeto Estratégico MP Social do ano de 2023. Assim, mantidas a estrutura e a metodologia adotadas em regionais anteriores, este relatório apresenta indicadores sociais e informações complementares, em diálogo com a experiência de trabalho do NAT desenvolvido na região desde 2012. Cabe ressaltar o caráter dinâmico e não definitivo dos dados ora descritos, estando o presente documento aberto a contribuições da instituição e da sociedade.

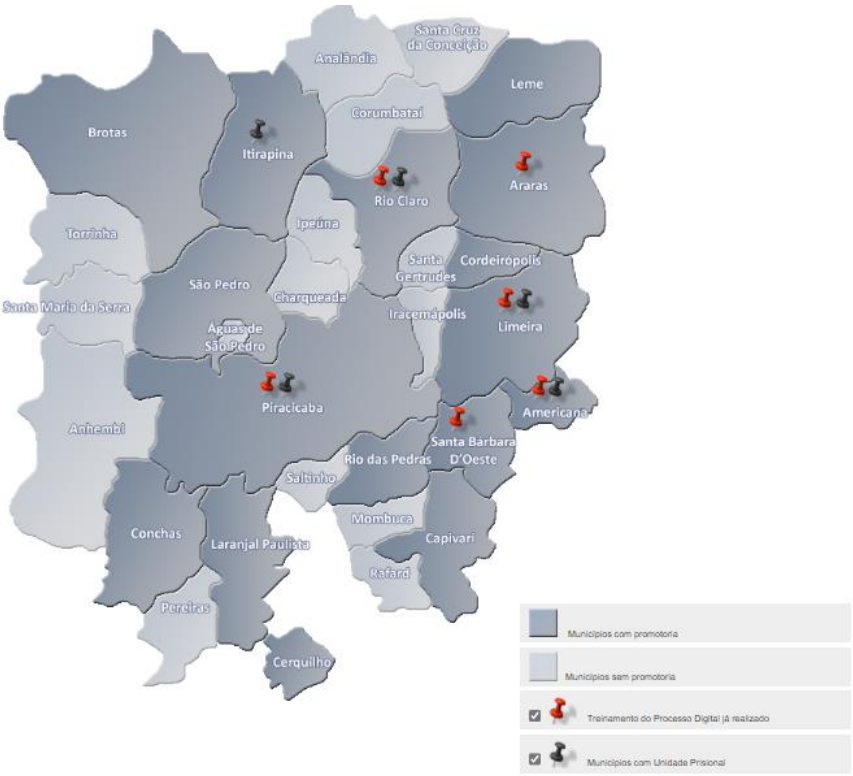
2. Apresentação dos dados

2.1 Caracterização territorial institucional

A Área Regional de Piracicaba, regulamentada através da Resolução nº 579/2009 - PGJ, de 12 de março de 2009, é constituída por 17 comarcas, totalizando 31 municípios, conforme mapa a seguir[1].

[1] Tabela com informações detalhadas disponível no Anexo A.

Figura 1 – Mapa das Promotorias de Justiça e municípios da área regional de Piracicaba



Fonte: Portal MPSP[2].

Os municípios mais distantes da sede da Área Regional, localizada em Piracicaba, são: Santa Cruz da Conceição (87km), Analândia (87km), Torrinha (86km) e Brotas (82km).

No que tange à caracterização das Promotorias da região, observa-se, conforme quadro abaixo, a predominância de Promotorias de entrância inicial:

Tabela 1 – quadro de entrâncias, número de Promotorias e de cargos

Entrância	Nº Promotorias	Nº cargos	Nº cargos vagos
Inicial	10	12	04
Intermediária	2	10	-
Final	5	51	02
Total	**17**	**73**	**06**

Fonte: Elaboração própria a partir do Mapa das Regiões Administrativas Judiciárias – Grupo de Circunscrições Judiciárias por RAJ e de informações Diretoria Regional de Piracicaba[3]

[2] Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Promotorias_de_Justica/regioes_adm/relacoes_regionais/regioes_adm_piracicaba/mapa_piracicaba>. Acesso em: 11 de abr. de 2023
[3] Tabela com informações detalhadas disponível no Anexo A.

Dos 31 Municípios da Área Regional de Piracicaba do MPSP, 21 integram também a Região Metropolitana de Piracicaba, criada pela Lei Complementar nº 1.360, de 24 de agosto de 2021.

Importante observar, também, a distribuição desses municípios na organização territorial das três principais políticas setoriais com as quais as Promotorias de Justiça dialogam no cotidiano no trabalho. Como pode ser observado no quadro seguinte, há significativas diferenças na organização regional dos territórios pelo MPSP e pelos órgãos gestores estaduais da Assistência Social, da Saúde e da Educação, o que traz desafios para o diálogo com os representantes regionais dessas políticas e para a sistematização de informações regionais.

Quadro 1 – Municípios da Área Regional de Piracicaba, Promotorias de Justiça, Região Metropolitana de Piracicaba e Diretorias/Departamentos Regionais das políticas de assistência social, saúde e educação

Município	**Promotoria de Justiça**	**Região Metropolitana de Piracicaba (RMP)**	**Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS)**	**Departamento Regional de Saúde (DRS)**	**Diretoria Regional de Ensino (DRE)**
Águas de São Pedro	São Pedro	X	Piracicaba	Piracicaba	Piracicaba
Americana	Americana		Campinas	Campinas	Americana
Analândia	Itirapina	X	Piracicaba	Piracicaba	Pirassununga
Anhembi	Conchas		Botucatu	Bauru	Botucatu
Araras	Araras	X	Piracicaba	Piracicaba	Pirassununga
Brotas	Brotas		Piracicaba	Bauru	Jaú
Capivari	Capivari	X	Piracicaba	Piracicaba	Capivari
Cerquilho	Cerquilho		Sorocaba	Sorocaba	Itu
Charqueada	Piracicaba	X	Piracicaba	Piracicaba	Piracicaba
Conchas	Conchas		Botucatu	Bauru	Botucatu
Cordeirópolis	Cordeirópolis	X	Piracicaba	Piracicaba	Limeira
Corumbataí	Rio claro	X	Piracicaba	Piracicaba	São Carlos
Ipeúna	Rio claro	X	Piracicaba	Piracicaba	Limeira
Iracemápolis	Limeira	X	Piracicaba	Piracicaba	Limeira
Itirapina	Itirapina		Piracicaba	Piracicaba	São Carlos
Laranjal paulista	Laranjal paulista		Botucatu	Bauru	Botucatu
Leme	Leme	X	Piracicaba	Piracicaba	Pirassununga
Limeira	Limeira	X	Piracicaba	Piracicaba	Limeira
Mombuca	Capivari	X	Piracicaba	Piracicaba	Capivari

Pereiras	Conchas		Botucatu	Bauru	Botucatu
Piracicaba	Piracicaba	X	Piracicaba	Piracicaba	Piracicaba
Rafard	Capivari	X	Piracicaba	Piracicaba	Capivari
Rio Claro	Rio Claro	X	Piracicaba	Piracicaba	Limeira
Rio Das Pedras	Rio Das Pedras	X	Piracicaba	Piracicaba	Capivari
Saltinho	Piracicaba	X	Piracicaba	Piracicaba	Piracicaba
Santa Bárbara D'oeste	Santa Bárbara D'oeste		Campinas	Campinas	Americana
Santa Cruz Da Conceição	Leme	X	Piracicaba	Piracicaba	Pirassununga
Santa Gertrudes	Rio Claro	X	Piracicaba	Piracicaba	Limeira
Santa Maria Da Serra	São Pedro	X	Piracicaba	Piracicaba	Piracicaba
São Pedro	São Pedro	X	Piracicaba	Piracicaba	Piracicaba
Torrinha	São Pedro		Piracicaba	Bauru	Jau

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos portais das Secretarias Estaduais de Assistência Social, Saúde e Educação.

Como pode ser observado, a Área Regional de Piracicaba envolve 04 DRADS (Piracicaba, Campinas, Botucatu e Sorocaba), 04 DRS (Piracicaba, Campinas, Bauru, Sorocaba) e 09 DRE (Piracicaba, Americana, Pirassununga, Botucatu, Jaú, Capivari, Itu, Limeira, São Carlos).

2.2 Caracterização sociodemográfica

Dados do IBGE (população estimada 2021)[4] indicam que a Área Regional de Piracicaba possui um total de 2.057.059 habitantes. O maior município em termos populacionais é Piracicaba, sede da Área Regional, com 410.275 habitantes, e, o menor, Águas de São Pedro, com 3.588 habitantes. Segue, abaixo, o número de municípios conforme porte populacional[5]:

Tabela 2 – Quadro com porte populacional dos municípios da regional de Piracicaba – projeção populacional 2021 (IBGE)

Número de municípios conforme porte populacional		
Pequeno I	15	48,4%
Pequeno II	7	22.6%
Médio	2	6,4%
Grande	7	22,6%
Total	31	100%

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE

Observa-se que os municípios da região, se consideradas as classificações utilizadas pelo Plano Municipal de Assistência Social (2005, p. 44-45), são predominantemente de Pequeno Porte I e II, possuindo as seguintes características (2005, p. 44-45):

- **Municípios de pequeno porte 1 –** entende-se por município de pequeno porte 1 aquele cuja população chega a 20.000 habitantes (até 5.000 famílias em média). Possuem forte presença de população em zona rural, correspondendo a 45% da população total. Na maioria das vezes, possuem como referência municípios de maior porte, pertencentes à mesma região em que estão localizados. Necessitam de uma rede simplificada e reduzida de serviços de proteção social básica, pois os níveis de coesão social, as demandas potenciais e redes socioassistenciais não justificam serviços de natureza complexa. Em geral, esses municípios não apresentam demanda significativa de proteção social especial, o que aponta para a necessidade de contarem com a referência de serviços dessa natureza na região, mediante prestação direta pela esfera estadual, organização de consórcios intermunicipais, ou prestação por municípios de maior porte, com co-financiamento das esferas estaduais e federal.

- **Municípios de pequeno porte 2** – entende-se por município de pequeno porte 2 aquele cuja população varia de 20.001 a 50.000 habitantes (cerca de

[4] Disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 de março de 2023
[5] Tabela detalhada com municípios e respectivos números de habitantes disponível no anexo B.

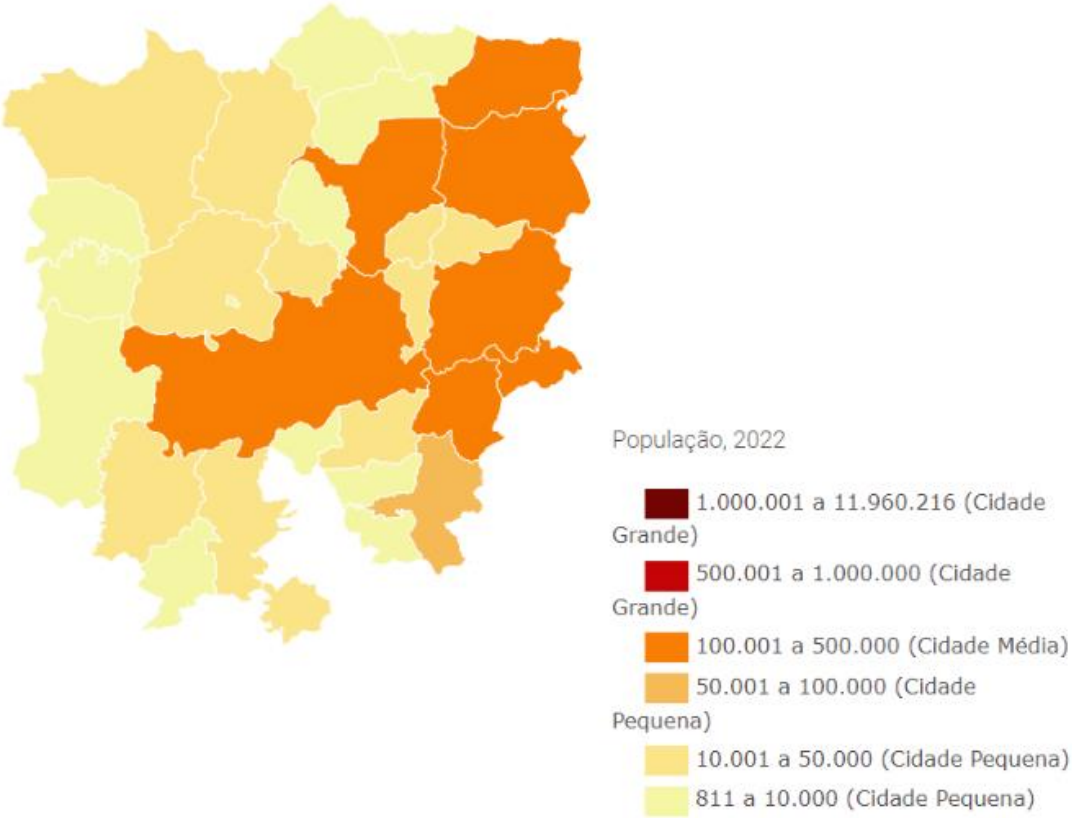
5.000 a 10.000 famílias em média). Diferenciam-se dos pequeno porte 1 especialmente no que se refere à concentração da população rural que corresponde a 30% da população total. Quanto às suas características relacionais mantém-se as mesmas dos municípios pequenos 1.

- **Municípios de médio porte** – entende-se por municípios de médio porte aqueles cuja população está entre 50.001 a 100.000 habitantes (cerca de 10.000 a 25.000 famílias). Mesmo ainda precisando contar com a referência de municípios de grande porte para questões de maior complexidade, já possuem mais autonomia na estruturação de sua economia, sediam algumas indústrias de transformação, além de contarem com maior oferta de comércio e serviços. A oferta de empregos formais, portanto, aumenta tanto no setor secundário como no de serviços. Esses municípios necessitam de uma rede mais ampla de serviços de assistência social, particularmente na rede de proteção social básica. Quanto à proteção especial, a realidade de tais municípios se assemelha à dos municípios de pequeno porte, no entanto, a probabilidade de ocorrerem demandas nessa área é maior, o que leva a se considerar a possibilidade de sediarem serviços próprios dessa natureza ou de referência regional, agregando municípios de pequeno porte no seu entorno.

- **Municípios de grande porte** – entende-se por municípios de grande porte aqueles cuja população é de 101.000 habitantes até 900.000 habitantes (cerca de 25.000 a 250.000 famílias). São os mais complexos na sua estruturação econômica, polos de regiões e sedes de serviços mais especializados. Concentram mais oportunidades de emprego e oferecem maior número de serviços públicos, contendo também mais infraestrutura. No entanto, são os municípios que por congregarem o grande número de habitantes e, pelas suas características em atraírem grande parte da população que migra das regiões onde as oportunidades são consideradas mais escassas, apresentam grande demanda por serviços das várias áreas de políticas públicas. Em razão dessas características, a rede socioassistencial deve ser mais complexa e diversificada, envolvendo serviços de proteção social básica, bem como uma ampla rede de proteção especial (nos níveis de média e alta complexidade).

Para uma melhor visualização da distribuição da população na região, apresenta-se, a seguir, mapa retirado do site GeoSEADE com dados da projeção populacional de 2022 de acordo com o IBGE. Importante destacar que, no referido mapa, a categorização diverge da apresentada anteriormente, havendo uma subdivisão dos pequenos municípios em três categorias e a denominação de municípios com mais de 100 mil habitantes como municípios de médio porte.

Figura 2 – Mapa projeção populacional 2022 da regional de Piracicaba



Fonte: Portal GeoSEADE[6].

Como já relatado, dos 31 municípios da área regional de Piracicaba, 21 integram também a Região Metropolitana de Piracicaba (RM – Piracicaba), composta por 24 municípios, conforme mapa a seguir:

[6] Disponível em: <https://portalgeo.seade.gov.br/i3geo/interface/osm.php>. Acesso em: 06 de mar. de 2023.

Figura 3 – Mapa região metropolitana de Piracicaba

Fonte: Plataforma Digital do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – Governo do Estado de SP[7].

Observa-se que a RM-Piracicaba e a Área Regional de Piracicaba do MPSP compartilham a maioria dos Municípios, com exceção de Americana, Anhembi, Brotas, Cerquilho, Conchas, Itirapina, Laranjal Paulista, Pereiras, Santa Barbara d'Oeste e Torrinha, os quais compõem a Área Regional, mas não estão na RM, e Conchal, Elias Fausto e Pirassununga, que integram a RM, mas não estão dentro da regional do MPSP. Assim, compreende-se que informações sobre a RM-Piracicaba também podem auxiliar na compreensão da realidade da Área Regional de Piracicaba do MPSP.

Sobre a região metropolitana em questão, a plataforma digital do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado do Governo do Estado de SP indica que:

[7] Disponível em: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

> A RMP tem participação de 3,42% no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, e se destaca como importante polo regional de desenvolvimento industrial e agrícola. Está situada no noroeste de uma das regiões mais industrializadas e produtivas do Estado de São Paulo, que inclui, no sentido Capital-Interior, as Regiões Metropolitanas de São Paulo, de Jundiaí e de Campinas.
> Seu diversificado parque industrial concentra empresas nacionais e multinacionais, principalmente dos setores sucroalcooleiro e metal-mecânico, além de indústrias de alimentos, bens de capital, cerâmica, agroindústria e metalurgia.
> Ocupa posição privilegiada na malha rodoviária estadual, o que favorece o acesso de pessoas e mercadorias ao Porto de Santos e aos aeroportos de Congonhas, Cumbica e Viracopos.[8]

O Caderno de Diagnóstico - Região Metropolitana de Piracicaba, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, disponível na mesma plataforma, indica que:

> A RMP é bastante heterogênea quanto às condições de vida dos municípios que a compõem. Exceto São Pedro, todos os demais municípios têm indicadores de riqueza (IPRS) abaixo da média estadual, mostrando que o crescimento da região tem sido menos inclusivo que o desejado. Os municípios economicamente mais dinâmicos estão em posição mais favorável, como é o caso de Piracicaba. A densidade de emprego formal é bem mais elevada neste e nos municípios da parte nordeste da região. Estes são, também, os municípios que registram as melhores relações de matrículas no ensino superior em relação à população jovem. Tal como ocorre em outras regiões do Estado, a oferta de formação educacional mais elevada para uma parcela maior e mais expressiva é importante para, junto com novos investimentos produtivos, superar a atual concentração do emprego formal em alguns municípios da região.
>
> Em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais, que asseguram renda para as famílias na região, cabem dois apontamentos. A parcela de idosos recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é quase o dobro da observada na média estadual, indicando a maior importância desta proteção de renda na região.
> Quanto à proporção de famílias recebendo o Bolsa Família no total de domicílios, embora na média da região a incidência seja inferior à do Estado, há municípios em que este segmento é bastante expressivo, indicando que a pobreza se distribui de forma diferenciada no território regional.
>
> A utilização de equipamentos de saúde, cultura e esporte é fortemente polarizada na RMP. Quatro municípios – Piracicaba, Limeira, Araras e Rio Claro − são polos de atração, com Piracicaba em nível hierárquico mais elevado. Esta polarização é reflexo da concentração de equipamentos de educação e cultura de alcance regional nestas cidades, como universidades públicas estaduais e federal e hospitais de média e alta complexidades. É também consequência da maior diversificação produtiva nesses quatro

[8] Disponível em: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/?page_id=127>. Acesso em 05 de abril de 2023.

> municípios em relação aos demais, o que estimula fluxos em busca de oportunidades de trabalho.
>
> Quanto à taxa de atendimento escolar do ensino médio, as diferenças entre os municípios devem ser analisadas com atenção. Por se tratar de um nível de ensino obrigatório, e cuja frequência é um dos determinantes do diferencial de qualidade de inserção futura dos jovens no mercado de trabalho, seria desejável maior similaridade, para diminuir os diferenciais de oportunidade. Vale lembrar que este nível de ensino registra, na maioria dos municípios, o menor nível do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)− indicativo da necessidade de melhoria na qualidade da educação de nível médio na região.
>
> Por sua vez, a precariedade habitacional não é expressiva na RMP, quando comparada a outras Unidades Regionais do Estado. Em 2019, cinco municípios apresentavam domicílios em setores considerados aglomerados subnormais: Rio Claro, Capivari, Cordeirópolis, São Pedro e Piracicaba. Este último concentra dois terços dos quase 3 mil domicílios nessa situação. O agravante é que parte desses domicílios estava associada ao risco de ocorrência de inundação ou deslizamento, de acordo com os levantamentos de setorização de risco existentes. Todos os municípios possuem esses levantamentos, porém, somente quatro deles são recentes, os demais necessitam de atualização. Os números apontaram para a necessidade de acompanhamento e intervenção nas áreas de risco em 14 municípios, com destaque para Capivari, Conchal, Piracicaba e Pirassununga, que apresentam os maiores números de domicílios em risco alto e muito alto. As atualizações dos levantamentos permitirão saber se essas áreas foram tratadas ou se os números evoluíram.
> As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são utilizadas para urbanização dos assentamentos informais, e estão delimitadas por boa parte dos planos diretores municipais da região. O município de Capivari é o único onde foi apontada a presença de aglomerados subnormais que não dispõe desse instrumento. (2022, p. 10, 11)[9]

A fim de analisar índices gerais sobre as condições de vida e situação de vulnerabilidade social entre os municípios da regional de Piracicaba, apresenta-se, a seguir, índices e indicadores sociais, detalhando-os em tabelas anexas.

2.3 Índices e indicadores sociais da Área Regional de Piracicaba

Compreender as “condições de vida”, “grau de desenvolvimento” ou “vulnerabilidade social” de uma região com 31 municípios e considerando o contexto atual no qual os principais índices e indicadores estão baseados em um Censo ocorrido há mais de 12 anos é um desafio que se soma aos impasses envolvidos em qualquer estudo panorâmico sobre dada realidade, os quais exigem escolhas fundamentadas sobre quais conceitos de vulnerabilidade e pobreza considerar e

[9] Disponível em: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/?page_id=131>. Acesso realizado em 05 de abril de 2023.

sobre quais indicadores utilizar para melhor retratar um território que é sempre dinâmico e complexo. Ao mesmo tempo, novas tecnologias de informação e de comunicação possibilitam um relativo maior acesso a alguns dados, o que compensa parcialmente a lacuna de dados censitários, mas também provocam um embaçamento da realidade devido ao acúmulo de dados cujas origens, possibilidades e limites são diferentes entre si.

Ao levantar índices disponibilizados em fontes governamentais e de entidades da sociedade civil, públicas e abertas, percebe-se que a grande maioria ainda se baseia no censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cuja realidade retrata não apenas um Brasil de mais de uma década atrás, como também um Brasil que ainda não tinha iniciado sua mais recente crise econômica com mudanças políticas profundas e nem enfrentado uma das maiores pandemias do último século. Dentre os índices que fazem uso do Censo 2010 e que foram utilizados no presente estudo, estão: o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS (Fundação SEADE), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M (PNUD Brasil) e o Índice de Vulnerabilidade Social – IVS (IPEA). Já o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS (Fundação SEADE), faz uso de fontes de dados complementares, além do Censo do IBGE, possibilitando informações mais atuais.

Há também dados abertos em sites oficiais sistematizados por órgãos gestores dos Sistemas Único de Assistência Social (SUAS) e de Saúde (SUS), os quais trazem dados mais atualizados e contribuem para a compreensão da realidade social.

A seguir, apresenta-se breve descrição dos principais índices levantados por esta equipe.

2.3.1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O primeiro conceito a ser apresentado é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A discussão sobre a criação de um indicador sintético que representasse o grau de desenvolvimento em cada país surge no final dos anos 1980 na Organização das Nações Unidas (ONU) por meio de seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O conceito de “desenvolvimento” que fundamenta o IDH

foi inspirado pelas contribuições teóricas do economista e filósofo indiano Amartya Sen que defendia “que o crescimento da riqueza econômica não é a finalidade última do desenvolvimento, mas um meio para se ampliarem as capacidades dos indivíduos, entre elas um nível de vida decente, acesso à educação e uma vida longa e saudável” (Bellingieri, 2019). Desde então a noção de IDH como unidade de medida do grau de “desenvolvimento humano” se consolidou como uma importante discursividade política e, portanto, como um dos principais parâmetros de comparação entre diferentes territórios e épocas.

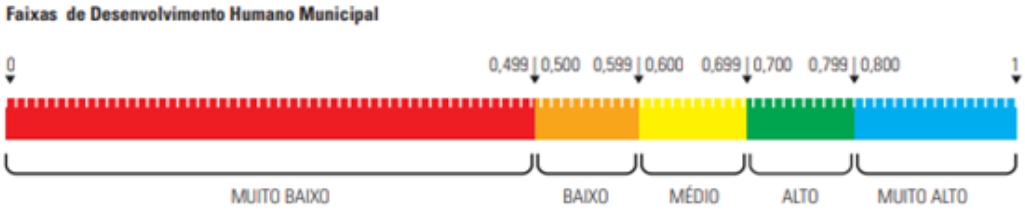
A tentativa de representação desse conceito em um único número estabeleceu as bases para sua composição partindo de três principais dimensões da vida social: saúde, educação e renda. Muitos outros índices que surgiram após o IDH reproduzem essas mesmas bases, buscando, cada um a seu modo e com objetivos diversos, minimizar dificuldades ou limitações específicas para a medição do grau de desenvolvimento humano em dado território. Dentre os índices levantados por esta equipe e que se baseiam nas mesmas três dimensões do IDH estão: o IPRS e o IDH-M.

O IDH-M segue a linha do IDH clássico e é composto pelos seguintes indicadores:

- A saúde é representada pela expectativa de vida ao nascer;
- A renda, pela renda municipal bruta per capita;
- A educação, pela combinação de duas variáveis – fluxo escolar da população jovem e escolaridade da população adulta.

As três dimensões compõem, com pesos iguais, o IDH global que classifica cada território em 4 faixas de desenvolvimento humano: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. Cabe citar que a dimensão renda, representada neste índice pela variável renda municipal per capita, terá a tendência de sempre ser mais alta em territórios com maior nível de industrialização e de inovação tecnológica, o que traz efeitos significativos sobre como se enxerga “desenvolvimento humano”.

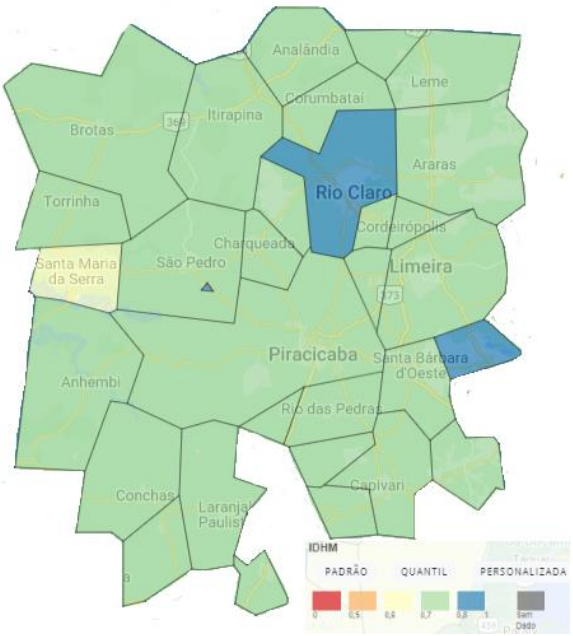
Figura 4 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: PNUD, 2013[10].

Com relação à regional de Piracicaba, destacam-se como os 5 municípios com piores IDH-Ms (de 0,686 a 0,729): Santa Maria da Serra, Mombuca, Anhembi, Itirapina e Laranjal Paulista. Já os 5 melhores índices são: Santa Cruz da Conceição, Saltinho, Rio Claro, Americana e Águas de São Pedro (de 0,790 a 0,854). Cabe destacar que a maioria dos municípios da regional de Piracicaba possui IDH-M entre 0,7 e 0,799, sendo apenas três acima (Rio Claro, Americana e Águas de São Pedro) e somente Santa Maria da Serra está abaixo desse valor[11].

Figura 5 – IDH-M na Regional de Piracicaba

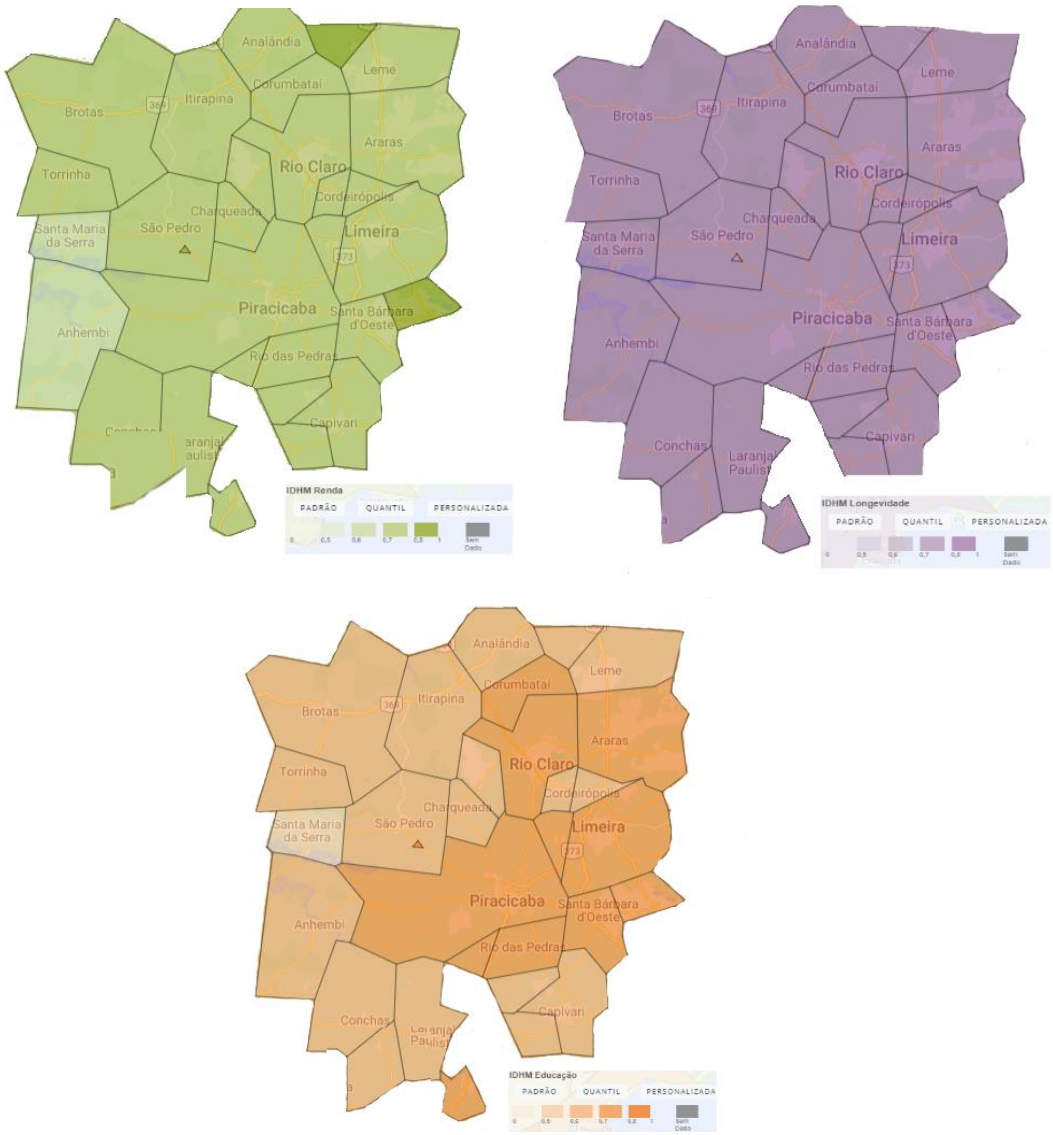


Fonte: Portal Atlas Brasil[12].

[10] Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2375>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.
[11] Tabela com informações detalhadas disponível no Anexo C.
[12] Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 06 de mar. de 2023.

Os mapas decompostos nas três dimensões do IDH permitem inferir qual o peso relativo de cada uma das dimensões para o resultado global (na ordem: renda, longevidade e educação):

Figuras 6,7 e 8 – IDH-M Renda, IDH-M Longevidade e IDH-M Educação



Fonte: Portal Atlas Brasil[13].

Os mapas mostram que renda e, em especial, educação, são os principais componentes que diferenciam os municípios dentro do índice global de desenvolvimento humano. No que se refere à Renda, as cidades de Americana (0,8),

[13] Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 06 de mar. de 2023.

Santa Cruz da Conceição (0,83) e Águas de São Pedro (0,849) são as únicas da região que possuem índices acima de 0,799, enquanto Anhembi (0,681) e Santa Maria da Serra (0,688) são as únicas abaixo de 0,7. No componente Educação, Águas de São Pedro é o único acima dos 0,8 de índice, estando 11 municípios entre 0,7 e 0,799[14] e as demais entre 0,571 e 0,699. Santa Maria da Serra é o único município que tem índice abaixo de 0,6 de toda a regional.

2.3.2 – Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)

Além do IDH-M, outro índice utilizado no estado de São Paulo que se baseia nas mesmas três dimensões do IDH tradicional é o IPRS, construído pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Por ser um índice voltado apenas para o estado de SP, ele foi composto por variáveis que levassem em consideração esse contexto, assim como possibilitassem sua atualização mais rápida sem depender da realização de um censo demográfico que no Brasil ocorre, geralmente, a cada 10 anos. Fatores como menor periodicidade e cobertura municipalizada fizeram com que a Fundação SEADE selecionasse como fontes para seus indicadores de renda, educação e saúde registros administrativos das Secretarias da Fazenda e Planejamento e da Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, do Ministério da Economia, do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, assim como de projeções populacionais, dados do Registro Civil (de óbitos e nascimentos), dados provenientes do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Resumidamente, os indicadores que compõe o IPRS final são:

- Renda: consumo de energia elétrica, PIB municipal per capita, rendimento médio de empregados formais e benefícios do INSS;
- Saúde: composição de 04 taxas de mortalidade nas seguintes faixas etárias: 0-6 dias, 0-1 ano, 15-39 anos e 60-69 anos;

[14] Rio das Pedras (0,7), Corumbataí (0,7), Piracicaba (0,717), Limeira (0,719), Araras (0,728), Iracemápolis (0,729), Santa Barbara d'Oeste (0,731), Cerquilho (0,739), Saltinho (0,75), Americana (0,76) e Rio Claro (0,766).

- Educação: atendimento escolar (0-3 anos) e desempenho dos alunos na Prova Brasil.

Para a classificação dos municípios e a interpretação de seu nível de "desenvolvimento humano" o IPRS optou por considerar as três dimensões de uma forma mais interdependente.

> Tal opção deve-se ao fato de que o objetivo do IPRS não é apenas chamar a atenção para os vários aspectos da realidade socioeconômica não contemplados por uma medida de riqueza como o Produto Interno Bruto (PIB), mas também proporcionar uma ferramenta analítica que revele a situação de cada um dos municípios paulistas nas dimensões centrais do desenvolvimento humano, e também agrupando-os em categorias de desenvolvimento socioeconômico semelhantes. Constitui, assim, um instrumento de avaliação da situação dos municípios que aponta diretamente para as oportunidades, os limites e os desafios existentes, permitindo selecionar os conjuntos de municípios de acordo com seus padrões de necessidades. Em outros termos, buscou-se, com o IPRS, a construção de um instrumento de gestão pública. (SÃO PAULO, 2019)

Nessa direção, o IPRS classificou os 645 municípios do estado de São Paulo em cinco agrupamentos:

Desiguais – municípios com níveis de riqueza elevados, mas indicadores sociais insatisfatórios (longevidade e/ou escolaridade baixo);

Dinâmicos – municípios com índice elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais (longevidade e/ou escolaridade médio/alto);

Em transição – municípios com baixos níveis de riqueza e indicadores intermediários de longevidade e/ou escolaridade (níveis baixos);

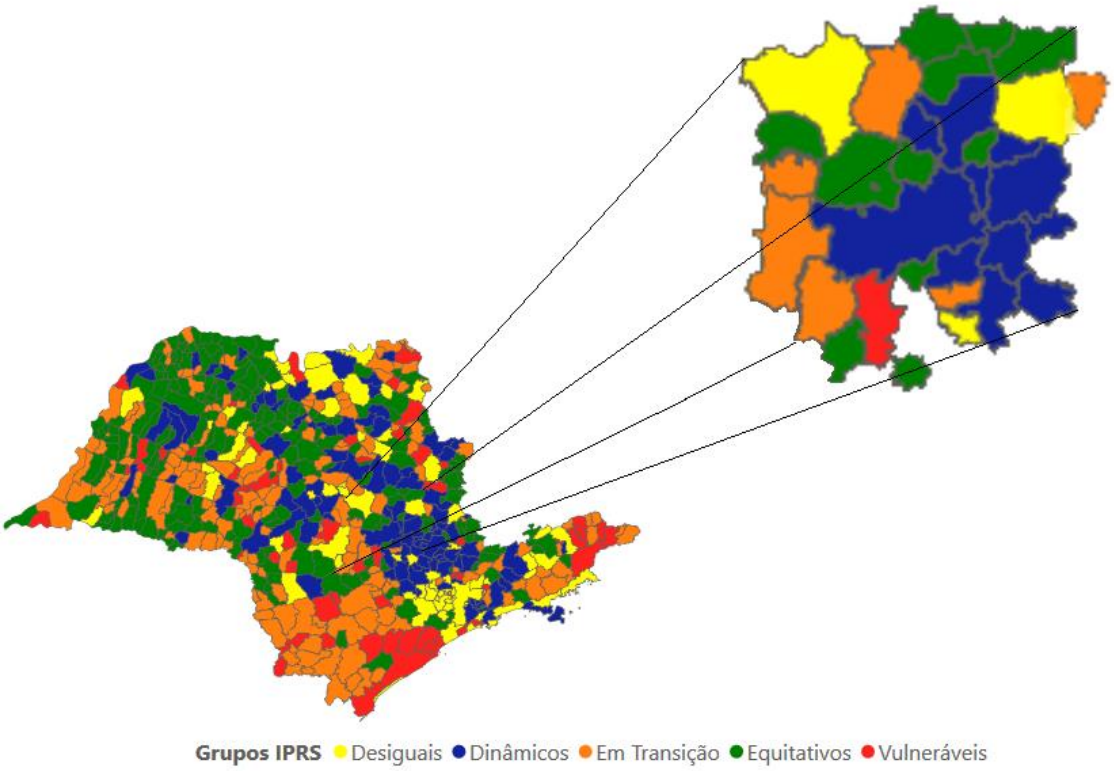
Equitativos – municípios com baixos níveis de riqueza, mas bons indicadores sociais (longevidade e escolaridade médio/alto);

Vulneráveis – municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais (longevidade e escolaridade baixos).

De todos os índices, o IPRS é o mais recente e seus dados sociais e projeções populacionais são de 2018 o que o torna um índice mais atualizado para a análise do território. Ademais, destaca-se a importância da identificação de municípios "desiguais", para além dos "vulneráveis" no planejamento de políticas públicas. A

seguir, é possível visualizar no mapa como os municípios da regional de Piracicaba foram classificados de acordo com o IPRS.

Figura 09 – Mapa IPRS Estado de SP e Regional de Piracicaba



Fonte: Portal SEADE-IPRS[15].

Dentre os 5 agrupamentos, destacamos os municípios que se encontram classificados como “desiguais”, “em transição” e “vulneráveis”[16]. São eles:

Quadro 2 – Regional de Piracicaba: subgrupos IPRS desiguais, em transição e vulneráveis

Desiguais	Em transição	Vulneráveis
Araras	Anhembi	Laranjal Paulista
Brotas	Conchas	
Rafard	Itirapina	
	Mombuca	
	Santa Maria Da Serra	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal IPRS – SEADE[17].

[15] Disponível em: <http://www.iprs.seade.gov.br/>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.
[16] Para mais informações, consultar Anexo E
[17] Disponível em: <http://www.iprs.seade.gov.br/>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

2.3.3 – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)

Além dos índices baseados na noção de desenvolvimento humano representado pelo IDH e pelo IPRS, outros índices foram formulados a partir da conceituação e representação de noções como "vulnerabilidade social" e "pobreza" e incluem novas dimensões e formas de interpretar e transformar as realidades "mensuradas".

O IPVS surge para complementar o IPRS e aprofundar o conhecimento sobre a situação de "vulnerabilidade social" em cada um dos municípios e sobre suas áreas de concentração de pobreza.

Diferentemente dos índices baseados no tripé do IDH que buscam medir "desenvolvimento humano", o IPVS busca medir graus de pobreza atrelada a uma definição de "vulnerabilidade social":

> Nesse sentido, o IPVS operacionaliza o conceito de vulnerabilidade social proposto por KATZMAN, 1999[18] de que a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupo social refere-se a sua maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, isto é, a posse de controles de ativos que constituem recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado e sociedade. Desse modo, a vulnerabilidade à pobreza não se limita a considerar a privação de renda, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso aos serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas, etc. (SÃO PAULO, 2013, p. 9)

Outro pressuposto do IPVS é de que a segregação espacial "contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social" (SÃO PAULO, 2013, p. 9). Para os construtores do IPVS, ambientes segregados tendem a exercer processos, também segregados, de socialização e de comportamentos que ampliam a vulnerabilidade à pobreza (SÃO PAULO, 2013, p. 9). Nessa direção, a identificação de "áreas com concentração de populações vulneráveis à pobreza" torna-se um dos objetivos do índice.

O IPVS, então, "consiste em uma tipologia de situações de exposição à vulnerabilidade" (SÃO PAULO, 2013, p. 10). Com base no Censo Demográfico 2010,

[18] KATZMAN, R. Vulnerabilidad, activos y exclusion social em Argentina y Uruguay. Santiago de Chile, OITFord. 1999.

"além das variáveis socioeconômicas (renda e condição de alfabetização), elegeram-se as relacionadas ao ciclo de vida familiar (presença de crianças menores, idade e gênero do chefe de família)" (SÃO PAULO, 2013, p. 10). São eles:

- Dimensão socioeconômica: renda domiciliar per capita, rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio, % de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/2 SM, % de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/4 SM e % de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizadas;
- Dimensão ciclo de vida/demográfica: % de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos, % de mulheres responsáveis de 10 a 29 anos, idade média das pessoas responsáveis, % de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Percebe-se nesse índice a centralidade que a noção de pobreza possui, em especial, a partir da renda domiciliar e que se amplia para uma noção de vulnerabilidade à pobreza ligado a uma ideia de que a responsabilização precoce da juventude pelo domicílio e presença da primeira infância no domicílio e da mulher como chefe de família tornam tal grupo familiar mais vulnerável à pobreza. O IPVS é um índice primordial para um conhecimento mais detalhado das realidades existentes dentro de cada um dos municípios e para a localização de suas áreas de concentração de pobreza. Porém, cabe destacar seu pouco reconhecimento sobre os papeis do Estado e da presença de políticas públicas em cada território.

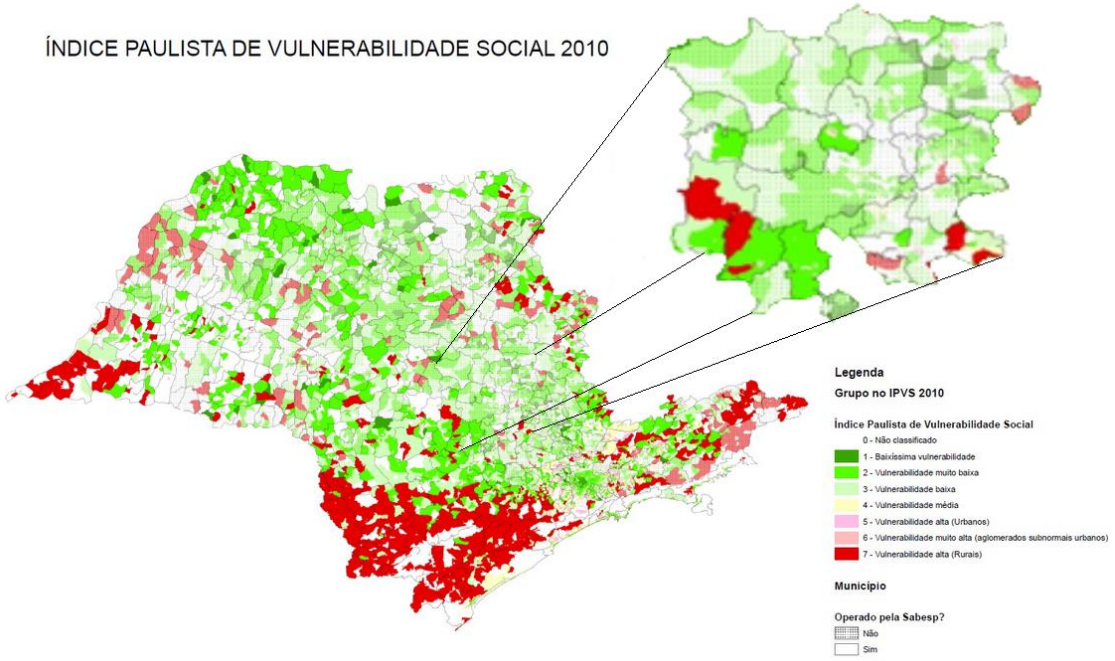
O IPVS classifica diferentes territórios de um mesmo município de acordo com os grupos de classificação (exibindo as porcentagens para cada um):

- Grupo 1: Baixíssima vulnerabilidade;
- Grupo 2: Vulnerabilidade muito baixa;
- Grupo 3: Vulnerabilidade baixa;
- Grupo 4: Vulnerabilidade média;
- Grupo 5: Vulnerabilidade alta (urbanos);
- Grupo 6: Vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais);
- Grupo 7: Vulnerabilidade alta (rurais).

O mapa a seguir apresenta as classificações realizadas conforme o último censo demográfico do IBGE (2010). Ao aproximarmos o mapa para a área regional

de Piracicaba[19], é possível verificar que suas classificações aprofundam o olhar para dentro dos limites de cada município, tornando interessante o uso do IPVS também nos diagnósticos de nível intra-municipal.

Figura 10 – IPVS 2010 Estado de SP e Regional de Piracicaba



Fonte: Portal SEADE - IPVS[20].

Dentre os municípios de maior proporção de vulnerabilidade dos grupos 5 a 7 (entre alta a muito alta), encontramos: Mombuca (47,2%), Itirapina (34,3%), Anhembi (33,7%), Santa Maria da Serra (29,8%), Leme (29,5%), Conchas (27,4%), Charqueada (21,2%) e Analândia (20,6%). Destaca-se a diferenciação que o IPVS permite fazer entre as vulnerabilidades urbana e rural. Sobre isso, cabe destacar que todos esses territórios possuem vulnerabilidade do tipo urbano. Apenas Anhembi e Conchas possuem alguma vulnerabilidade rural com respectivamente 6% e 8,1% de vulnerabilidade rural alta.

[19] Tabela com informações detalhadas disponível no Anexo D.
[20] Disponível em: <https://www.seade.gov.br/ipvs/>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

2.3.4 – Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

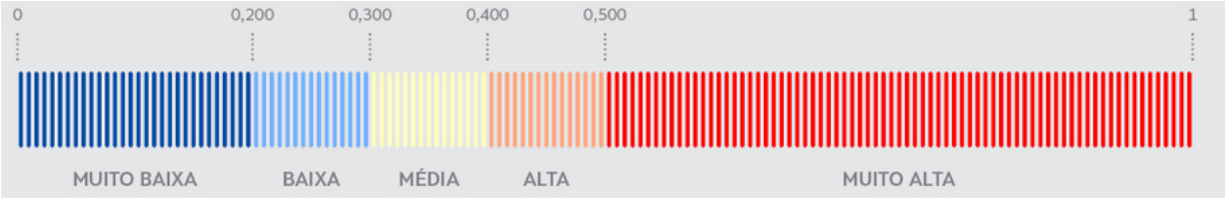
Já o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) foi construído pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e parte do pressuposto de que a construção de noções como “vulnerabilidade”, “desenvolvimento” e “pobreza” são concepções antes de tudo políticas. Em outras palavras, são recursos interpretativos que podem dialogar com a forma como a sociedade vê suas políticas, prioridades e responsabilidades pelas questões sociais. Com base nos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, o IVS “tem a pretensão de sinalizar o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns ‘ativos’ em áreas do território brasileiro, os quais deveriam, a princípio, estar à disposição de todo cidadão, por força da ação do Estado” (Portal IVS. Acesso em: 05 de abr. de 23).

Ao invés de compor o índice com as dimensões tradicionais: longevidade, escolaridade e renda, o IVS traz três novas dimensões denominadas de: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. Estas são calculadas com base em 16 indicadores:

- Infraestrutura urbana: acesso a coleta de lixo, água e esgoto adequados e tempo de deslocamento até o trabalho;
- Capital humano: mortalidade infantil, mães de 10 a 17 anos, mães com filhos de até 15 anos sem fundamental, crianças de 0-5 anos e de 6-14 anos fora da escola, analfabetismo, pessoas que não estudam, não trabalham e possuem baixa renda e crianças em domicílio onde ninguém tem Ensino Fundamental completo;
- Renda e trabalho: renda =< 255 reais, baixa renda e dependente de idosos, trabalho infantil, desocupação e ocupação informal sem ensino fundamental.

O índice interpreta o nível de vulnerabilidade de cada município por meio de uma escala de 0 a 1 na qual quanto maior o valor, maior é a vulnerabilidade. Nessa escala, é possível classificar os municípios em 5 principais agrupamentos: muito baixa, baixa, média, alta e muito alta vulnerabilidade.

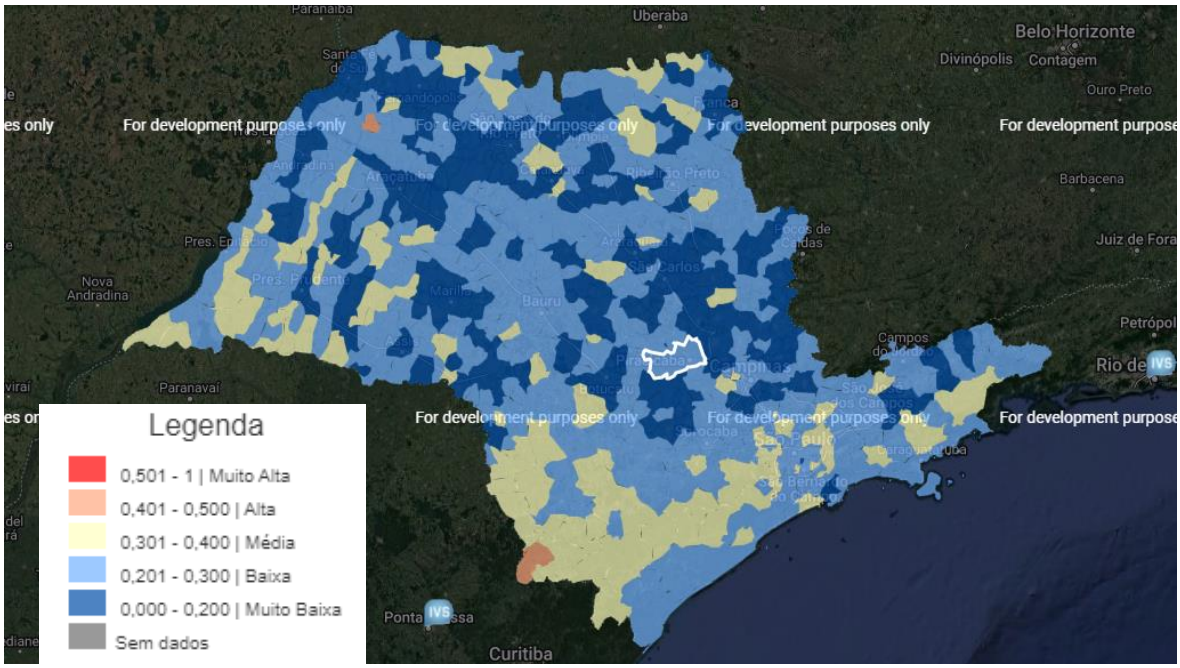
Figura 11 – Como ler o IVS



Fonte: Portal IVS[21].

A seguir, apresenta-se um mapa do IVS aplicado a todo estado de São Paulo e um mapa do IVS da área regional de Piracicaba, sendo o mais recente IVS baseado em dados obtidos no Censo de 2010 do IBGE. É possível visualizar um relativo melhor posicionamento da regional de Piracicaba em comparação às demais regiões do estado de São Paulo e, dentro da regional de Piracicaba, destaca-se Leme como o único município com média vulnerabilidade, sendo os demais com baixa ou muito baixa vulnerabilidade.

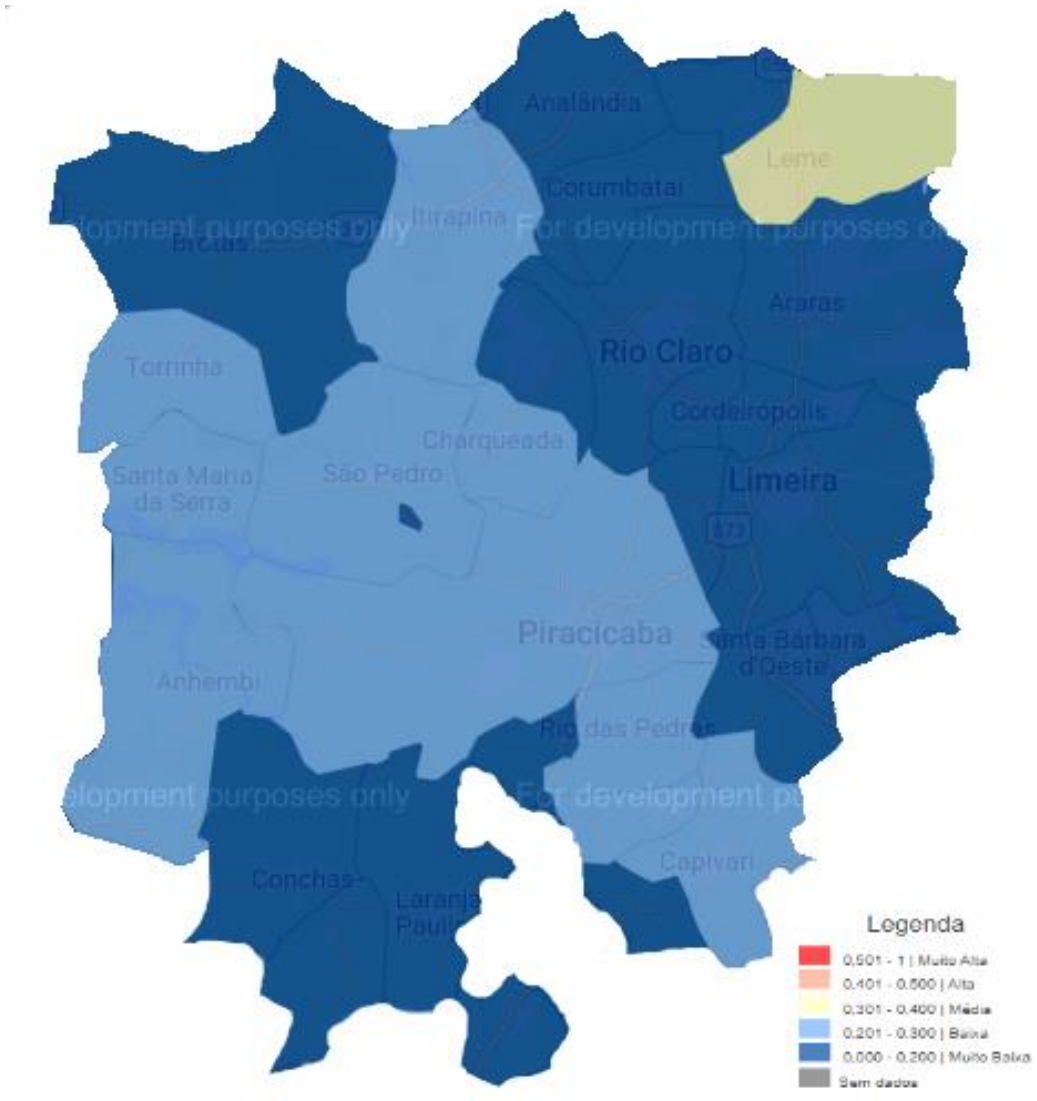
Figura 12 – Mapa IVS Estado de SP



Fonte: Portal IVS[22].

[21] Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.
[22] Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

Figura 13 – Mapa IVS Regional de Piracicaba

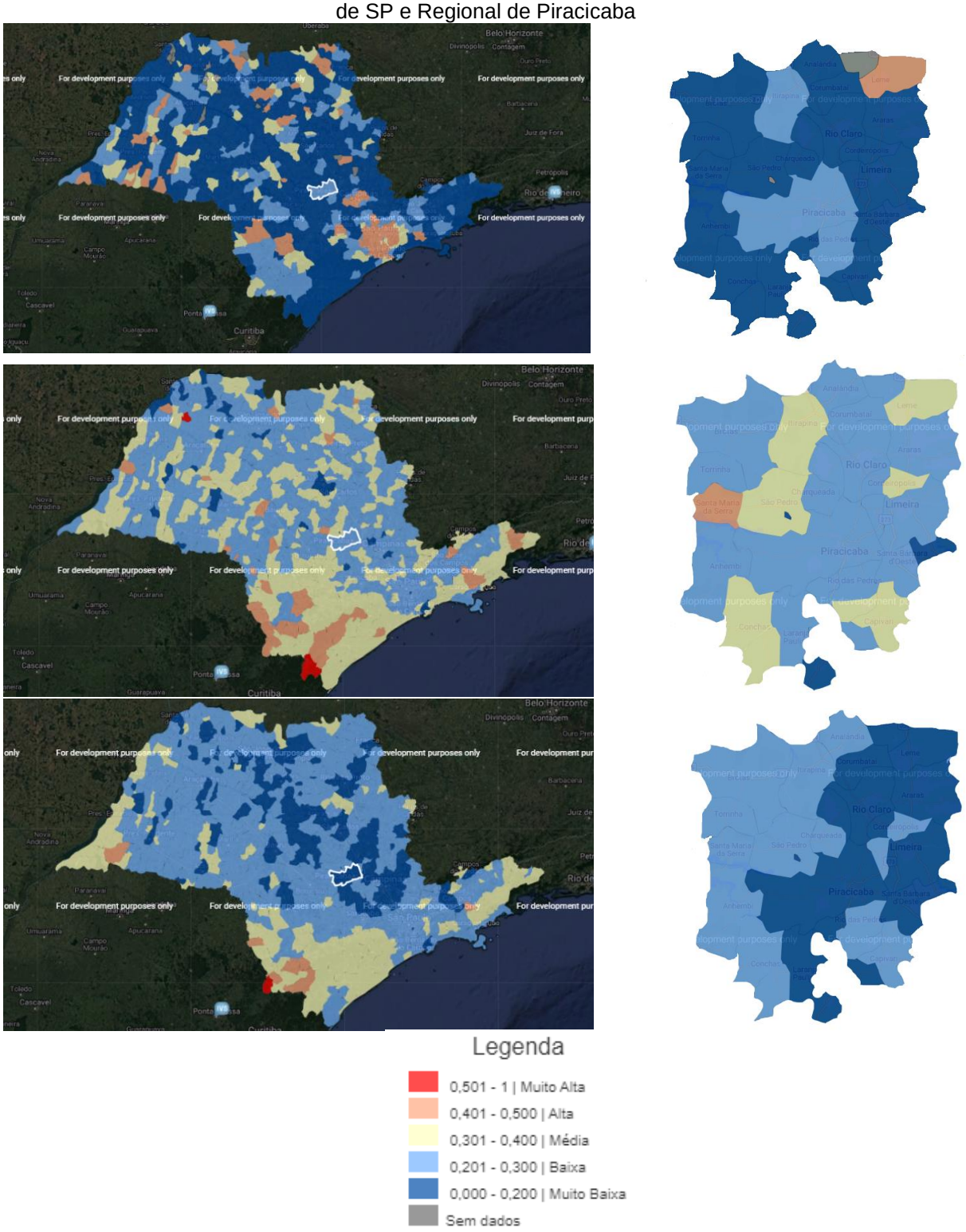


Fonte: Portal IVS[23].

Ao visualizar o IVS decompostos nas três dimensões, respectivamente: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, vemos o seguinte no estado de São Paulo e na área regional de Piracicaba:

[23] Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

Figuras 14, 15 e 16 – Mapas IVS Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho Estado de SP e Regional de Piracicaba



Fonte: Portal IVS[24].

[24] Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

Destacam-se as altas vulnerabilidades do município de Leme na dimensão "infraestrutura urbana" e, de Santa Maria da Serra, na dimensão "capital humano". Esta última dimensão, "capital humano", é a que mais vulnerabiliza os municípios da regional de Piracicaba de acordo com o IVS.

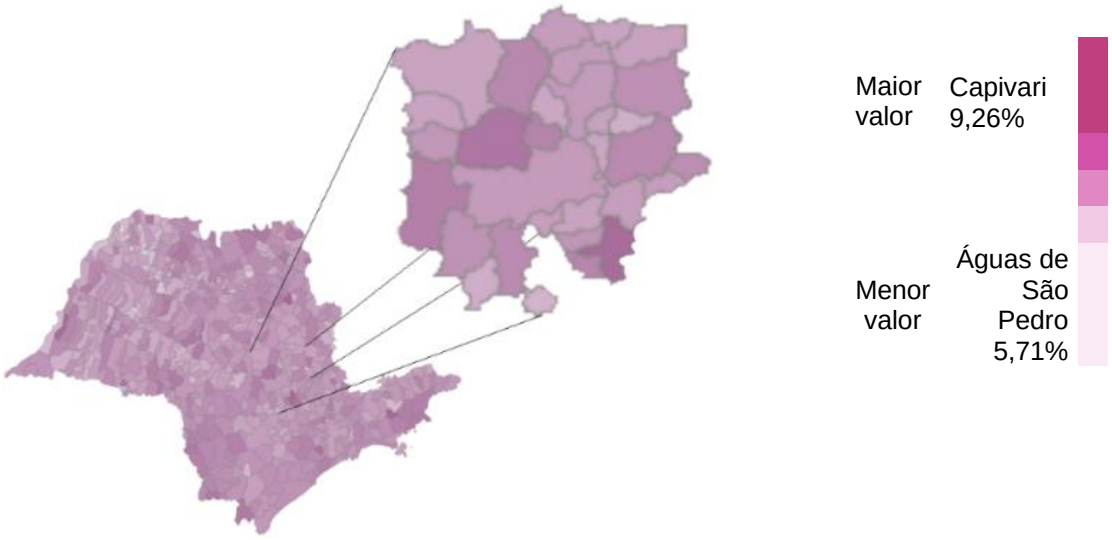
2.3.5 Índice de Insegurança Alimentar Grave (IIAG)

No que se refere à segurança alimentar e nutricional na região, com o objetivo de monitorar o acesso ao direito à alimentação adequada e saudável, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS) desenvolveu o Índice de Insegurança Alimentar Grave (IIAG) "capaz de estimar a probabilidade da ocorrência de insegurança alimentar em determinado domicílio, em função da presença ou ausência de fatores preditivos"[25]. Por meio de uma metodologia desenvolvida pela pesquisadora Muriel Gubert, a SEDS utilizou a mais recente Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018, que inclui a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), e informações do CADÚnico do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para estimar a ocorrência do grau de insegurança alimentar grave (IAG) da EBIA em cada município.

Conforme é possível visualizar no mapa a seguir, Capivari (9,26%), São Pedro (8,92%), Anhembi (8,57%), Analândia (8,56%), Charqueada (8,42%), Rafard (8,34%), Itirapina (8,28%), Limeira (8,19%) e Laranjal Paulista (8,14%) são os municípios com mais alto IIAG da regional com proporção estimada de famílias inscritas no CADÚnico maior que 8% em situação de Insegurança Alimentar Grave. Outros 4 municípios (Araras, Conchas, Mombuca e Santa Maria da Serra) estão com proporção abaixo de 8%, mas ainda acima da média do estado de São Paulo que é de 7,63%.

[25] Mais informações podem ser encontradas na apresentação dinâmica: <Microsoft Power BI>. Acesso em: 31 de mar. de 2023.

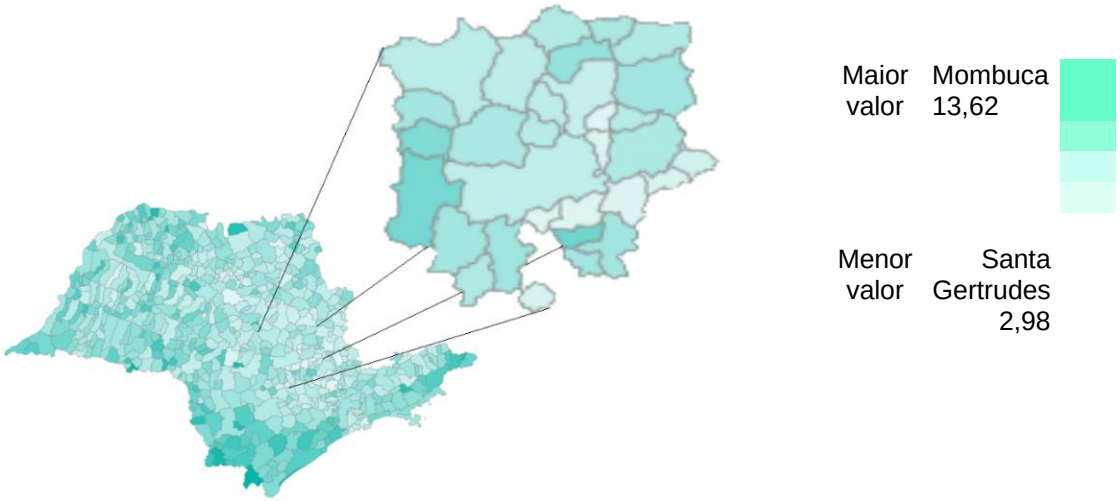
Figura 17 – Mapa IIAG Estado de SP e Regional de Piracicaba



Fonte: SÃO PAULO, 2021[26].

Quando estimada a taxa de Insegurança Alimentar Grave para cada mil habitantes nos municípios da regional de Piracicaba, obtemos o seguinte mapeamento:

Figura 18 – Mapa Taxa de IAG por mil habitantes Estado de SP e Regional de Piracicaba



Fonte: SÃO PAULO, 2021[27].

Mombuca (13,62), Anhembi (13,02), Santa Maria da Serra (11,91) e Corumbataí (10,07) são os municípios da regional de Piracicaba com maior taxa

[26] Disponível em: <Microsoft Power BI>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.
[27] Disponível em: <Microsoft Power BI>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

estimada de IAG por mil habitantes. Outros 09 municípios estão acima da taxa média do estado de São Paulo que é de 7,65 – Laranjal Paulista (8,99), Araras (8,83), Capivari (8,83), Conchas (8,71), Rafard (8,66), Torrinha (8,61), Santa Cruz da Conceição (8,07), São Pedro (7,96) e Limeira (7,67).

Considerando tanto a proporção de IAG dentre os inscritos no CADÚnico, quanto a proporção de IAG na população total de cada município, cabe destacar Anhembi, Mombuca, Santa Maria da Serra, Capivari e Laranjal Paulista como as localidades com maiores números, sendo que dentre eles, somente Mombuca e Santa Maria da Serra possuem um Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) ativo, de acordo com levantamento da SEDS de novembro de 2021. Além deles, apenas mais 09 municípios da área regional possuem COMSEA ativo: Araras, Limeira, Leme, Cordeirópolis, Brotas, Piracicaba, Rio Claro, Rio das Pedras e Santa Gertrudes.

2.3.6. Outros Índice e Indicadores sociais

Além dos índices já expostos, alguns outros indicadores sociais relacionados a saúde e a programas e benefícios assistenciais são importantes para auxiliar na compreensão da realidade social vivenciada pela população nos territórios. Inicialmente, dos dados relacionados à saúde, optou-se por três indicadores que remetem às condições básicas de acesso à saúde: taxa de mortalidade infantil; porcentagem de internações relacionadas ao saneamento ambiental inadequado; e porcentagem de internações por condições sensíveis à atenção básica[28]. A maioria desses indicadores são de 2017, com exceção da taxa de mortalidade infantil que é de 2019.

[28] Mais informações desses indicadores podem ser encontradas em tabela do Anexo F. Os dados sobre internações foram colhidos em: Atlas Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 04 de abr. de 2023. Já os números de mortalidade infantil em: SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>. Acesso em: 04 de abr. de 2023.

- Taxa de mortalidade infantil

Sobre a mortalidade infantil, que demonstra o número de óbitos de menores de um ano de idade para cada mil nascidos vivos, o município da região que se destaca com a maior taxa de mortalidade infantil é Águas de São Pedro, com 47,62 mortes para cada mil nascidos vivos. Curiosamente, Águas de São Pedro é um dos municípios da área regional com os melhores IDH-M, IPVS e IVS.

Itirapina (31,65), Pereiras (30), Analândia (23,81) e Iracemápolis (22,47) são municípios da região com índice de mortalidade infantil maior que 20 e com o dobro do estado de São Paulo (10,93). Outros 08 municípios da regional – Conchas (19,42), Mombuca (19,23), Santa Barbara do Oeste (13,41), Anhembi (11,9), Leme (11,67), Ipeúna (11,36), Cerquilho (11,32) e Araras (11,03) – possuem índices maiores que os do estado.

Tabela 3 - Municípios com maiores taxas de mortalidade infantil da Regional de Piracicaba - 2019

Município	Taxa de mortalidade infantil
Estado de São Paulo	10,93
Águas de São Pedro	47,62
Itirapina	31,65
Pereiras	30
Analândia	23,81
Iracemápolis	22,47
Conchas	19,42
Mombuca	19,23
Santa Barbara d'Oeste	13,41
Anhembi	11,9
Leme	11,67
Ipeúna	11,36
Cerquilho	11,32
Araras	11,03

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação SEADE

- Internações relacionadas ao saneamento ambiental inadequado e por condições sensíveis à atenção primária.

Já a porcentagem de internações relacionadas ao saneamento ambiental inadequado mostra a quantidade relativa de internações relacionadas com a falta de

saneamento básico. Nesse indicador, os municípios de Santa Cruz da Conceição (2,53%) e Laranjal Paulista (1,65%) possuem as porcentagens mais altas, mais do que o dobro da porcentagem encontrada em todo estado de São Paulo que é de 0,72%. Outros 08 municípios também estão acima do percentual estadual: Torrinha (1,32%), Leme (1,03%), Conchas (1%), Rio das Pedras (0,96%), Saltinho (0,88%), Charqueada (0,87%), Mombuca (0,81%) e Itirapina (0,77%).

Tabela 4 - Municípios com maiores % de internações por falta de saneamento básico da Regional de Piracicaba - 2017

Município	Internações por saneamento ambiental inadequado
Santa Cruz Da Conceição	2,53
Laranjal Paulista	1,65
Torrinha	1,32
Leme	1,03
Conchas	1
Rio Das Pedras	0,96
Saltinho	0,88
Charqueada	0,87
Mombuca	0,81
Itirapina	0,77
Estado de São Paulo	**0,72**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal Atlas Brasil[29].

O indicador da porcentagem de internações por condições sensíveis à atenção primária pode dar indícios de como está o desempenho da atenção primária nos territórios[30]. Vale lembrar que todos os municípios, independente do porte, devem oferecer, em termos de saúde, pelo menos os serviços da atenção primária. Na área regional de Piracicaba, encontramos 08 municípios com porcentagem maiores que a do estado de São Paulo:

[29] Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.
[30] A título de informação, a Portaria nº 221, de 17 de abril de 2008, do Ministério da Saúde traz a lista de condições sensíveis à atenção primária. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0221_17_04_2008.html>. Acesso em: 04 de abr. de 2023.

Tabela 5 – Municípios com maiores % de internações por condições sensíveis à atenção primária da regional de Piracicaba - 2017

Município	% de internações por condições sensíveis à atenção primária
Estado de São Paulo	17,07
Laranjal Paulista	23,93
Rio Das Pedras	22,31
Charqueada	19,34
Conchas	19,07
Capivari	18,43
Santa Cruz Da Conceição	18,33
Leme	17,71
Mombuca	17,67

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal Atlas Brasil[31].

- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

A respeito da qualidade do ensino público nos municípios da regional de Piracicaba, cabe analisar as notas do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira (INEP) em 2021. Destaca-se, porém, que alguns municípios ficaram sem nota por insuficiência de número de participantes e que, conforme nota técnica divulgada pelo INEP[32], "Eventuais comparações precisam ser realizadas com cautela, sempre observando o cenário da pandemia, que teve impacto heterogêneo no território nacional em decorrência das desigualdades socioeconômicas de alunos e de infraestrutura das escolas" (BRASIL, 2021, p. 4).

Os municípios que tiveram nota menor ou igual à média do estado de São Paulo ou que não conseguiram taxa de participação suficiente em algum dos três ciclos de ensino regular avaliados, quais sejam Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano), Ensino Fundamental anos finais (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, foram: Conchas, Ipeúna, Brotas, Anhembi, Santa Maria da Serra, Charqueada, Torrinha e Analândia. Cabe citar que Analândia não conseguiu taxa suficiente de participantes em todos os ciclos avaliados. Laranjal Paulista e Itirapina são municípios que demonstraram uma queda de desempenho nos ciclos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

[31] Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.
[32] Para mais informações: disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 04 de abr. de 2023.

Considerando que 2021 foi um ano de maior necessidade de enfrentamento da pandemia, o que pode ter alterado alguns resultados, ao analisar as notas IDEB de 2019, observa-se repetição do mau desempenho principalmente nos municípios de Anhembi, Analândia e Laranjal Paulista. Brotas e Santa Maria da Serra também figuram entre eles, não obstante um pouco melhores do que os primeiros citados.

- Dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Por fim, cabe apresentar dados referentes ao CadÚnico e ao BPC, os quais também sinalizam a incidência de situações de pobreza e extrema pobreza e compõem registros de informação públicos mais atualizados em comparação ao Censo 2010.

O CadÚnico é o principal instrumento de identificação e caracterização da situação socioeconômica das famílias de baixa renda que vivem no país. Podem inscrever-se as famílias que preencherem os seguintes requisitos: renda mensal por pessoa de até meio salário-mínimo ou renda mensal familiar total de até três salários R$ 3.135,00. Ainda, as famílias que possuem renda acima dessas, mas que estejam vinculadas ou pleiteando algum programa ou benefício que utilize o CadÚnico em suas concessões também podem se inscrever. (BRASIL, Governo Federal)[33].

A partir de dados do CadÚnico referentes a dezembro de 2022[34], observa-se que os municípios com maiores percentagens de população inscrita no CadÚnico são Corumbataí (41,4%), Santa Maria da Serra (43%), Anhembi (46,4%) e Mombuca (57%), os quais estão bem acima da média estadual que é de 29,8%. Já os municípios com maiores percentagens de população em situação de pobreza e extrema pobreza inscritas são Capivari (20,6%), Rafard (20,4%), Santa Maria da Serra (21%) e Mombuca (32,4%), também acima da média estadual que é de 16,5%.[35]

[33] Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>. Acesso em: 06/03/2023.
[34] Disponíveis em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/vigilancia-socioassistencial/monitoramento-e-disseminacao-da-informacao/paineis/>. Acesso em: 03/03/2023.
[35] Tabela com informações detalhadas disponível no Anexo E.

Tabela 6 – 10 Municípios com maiores % de população inscrita no CadÚnico da regional de Piracicaba – dez. de 2022

Municípios	% População inscrita no CadÚnico
Estado de SP	**29,8**
Mombuca	57
Anhembi	46,3
Santa Maria Da Serra	43
Corumbataí	41,4
Conchas	37,3
Pereiras	36,5
Santa Cruz Da Conceição	35
Rafard	34,9
Torrinha	34,8
Laranjal Paulista	33,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social[36]

Outros dados significativos são referentes ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício concedido a pessoas idosas acima de 65 anos e pessoas com deficiência, cuja renda familiar por pessoa seja igual ou inferior a ¼ do salário-mínimo. De acordo com dados da fundação SEADE[37], os municípios com maiores porcentagens de população acima de 65 anos beneficiários do BPC em junho de 2022 são: Ipeúna (11,7%), Santa Maria da Serra (10,8%), Capivari (9,3%) e Águas de São Pedro (8,5%). No Estado de São Paulo, 9% das pessoas acima de 65 anos recebem o BPC.

.

[36] Disponíveis em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/vigilancia-socioassistencial/monitoramento-e-disseminacao-da-informacao/paineis/>. Acesso em: 03/03/2023.
[37] Disponível em: <https://painel.seade.gov.br/beneficio-de-prestacao-continuada/>. Acesso em 03/03/2023.

Tabela 7 – Municípios com maiores % de população acima de 65 anos beneficiária do BPC da Regional de Piracicaba – jun. de 2022

Municípios	BPC % das pessoas idosas beneficiárias BPC na população maior que 65 anos
Estado de SP	**9**
Ipeúna	11,7
São Pedro	10,8
Capivari	9,3
Mombuca	8,9
Torrinha	8,6
Águas De São Pedro	8,5
Leme	8,2
Brotas	8,1
Itirapina	8,1
Santa Cruz Da Conceição	8,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação SEADE[38]

- Índice de notificação de casos de violência contra pessoas idosas e proporção de pessoas idosas que residem sozinhas

Além das maiores porcentagens de população acima de 65 anos com BPC, Santa Maria da Serra (138,66), Capivari (189,64) e Águas de São Pedro (117,79) figuram entre os municípios da regional com maiores índices de notificação de casos de violência contra pessoas idosas em 2017[39], juntamente com Anhembi (794,81), Brotas (225,32), Santa Gertrudes (171,14), Corumbataí (162,34) e Rio Claro (113,17). Analândia, Ipeúna, Iracemápolis, Leme, Mombuca, Rio das Pedras, Saltinho e Santa Cruz da Conceição são municípios sem nenhum índice divulgado.

[38] Disponível em: <https://painel.seade.gov.br/beneficio-de-prestacao-continuada/>. Acesso em 03/03/2023.
[39] Para mais informações, buscar: Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso. Disponível em: <https://sisapidoso.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 04 de abr. de 2023.

Tabela 8 – Municípios com maiores índices de notificação de violência contra pessoa idosa da Regional de Piracicaba – maioria dos dados de 2017

Municípios	Taxa de notificações de casos de violência contra idosos	
Estado de SP	**68,18**	
Anhembi	794,81	
Brotas	225,32	
Capivari	189,64	
Santa Gertrudes	171,14	
Corumbataí	162,34	dado de 2015
Santa Maria Da Serra	138,66	
Águas De São Pedro	117,79	dado de 2016
Rio Claro	113,17	
Charqueada	97,85	
Cordeirópolis	92,13	
Pereiras	79,4	dado de 2016
Rafard	77,64	dado de 2015
Araras	72,52	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Saúde e Fiocruz[40]

Outro indicador é a proporção de pessoas idosas morando sozinhas de acordo com o último Censo divulgado pelo IBGE (2010)[41]. Na regional de Piracicaba, os municípios de Anhembi (18,81), Itirapina (18,64), Pereiras (18,31), Águas de São Pedro (17,22), Torrinha (16,94), Corumbataí (15,91), São Pedro (15,09), Analândia (14,59), Leme (14,56) e Rio Claro (14,22) possuem as maiores proporções e se encontram acima da média do estado de São Paulo que é 14,18.

[40] Disponível em: <https://sisapidoso.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 30 de mar. de 2023.
[41] Para mais informações, buscar: Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso. Disponível em: <https://sisapidoso.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 04 de abr. de 2023.

Tabela 9 – Municípios com maiores proporções de pessoa idosa morando sozinha da Regional de Piracicaba – 2010

Município	Proporção de idosos que moram sozinhos
Estado de SP	**14,18**
Anhembi	18,81
Itirapina	18,64
Pereiras	18,31
Águas De São Pedro	17,22
Torrinha	16,94
Corumbataí	15,91
São Pedro	15,09
Analândia	14,59
Leme	14,56
Rio Claro	14,22

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo IBGE 2010 e Fiocruz[42]

2.3.7 Quadro síntese

Por fim, apresenta-se quadro com os municípios que se destacam em três ou mais indicadores apresentados:

Quadro 3 – Municípios da Regional de Piracicaba, Promotorias de Justiça competentes e índices e indicadores de destaque

Promotoria	Município	Índices e indicadores de destaque
Brotas	Brotas	IPRS Desigual; Terceiro pior IDEB 2021 (EF anos iniciais); Segundo pior IDEB 2021 (EM); Um dos maiores índices de notificação de violência a pessoa idosa
Capivari	Capivari	Pior IIAG da regional; Segunda maior % de famílias pobres ou na extrema pobreza - CADÚnico; Terceira maior % de pessoas >65 anos no BPC; Um dos maiores índices de notificação de violência a pessoa idosa

[42] Disponível em: <https://sisapidoso.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 30 de mar. de 2023.

	Mombuca	Pior IPVS da regional; Pior taxa de IAG da regional; Maior % de inscritos no CADÚnico; Maior % de famílias pobres ou na extrema pobreza – CADÚnico;
	Rafard	IPRS Desigual; Um dos piores IIAG; Terceira maior % de famílias pobres ou na extrema pobreza – CADÚnico
Conchas	Anhembi	Um dos piores IDH-M Renda; IPRS Em transição; Um dos piores IPVS; Um dos piores IIAG; Uma das piores taxas IAG; Pior resultado IDEB 2019 (anos finais) e 2021 (anos iniciais); Segunda maior % de inscritos no CADÚnico; Maior índice de notificação de violência a pessoa idosa; Maior proporção de pessoa idosa morando sozinha
	Conchas	IPRS Em transição; Um dos piores IPVS Segundo pior resultado IDEB 2021 (EF anos iniciais) Terceiro pior resultado IDEB 2021 (EF anos finais) Pior resultado IDEB 2021 (EM) Segundo pior resultado IDEB 2021 (EM)
Itirapina	Analândia	Um dos piores IIAG; Um dos piores índices de mortalidade infantil; Entre os três piores resultados IDEB 2019 (EF anos iniciais e finais) e insuficiência de participação IDEB 2021
	Itirapina	IPRS Em transição; Um dos piores IPVS; Um dos piores IIAG; Um dos piores índices de mortalidade infantil; Uma das maiores proporções de idosos morando sozinho
Laranjal Paulista	Laranjal Paulista	IPRS Vulnerável; Um dos piores IIAG; Uma das piores % de internações por saneamento inadequado; Uma das piores % de internações - condições sensíveis a atenção primária; Piores resultados IDEB 2019 e 2021
Leme	Leme	Um dos piores IPVS; Pior IVS da regional; Pior IVS Infraestrutura urbana

São Pedro	Águas De São Pedro	Pior índice de mortalidade infantil da regional; Uma das maiores % de pessoas >65 anos no BPC; Um dos maiores índices de notificação de violência a pessoa idosa Segundo pior resultado IDEB 2021 (EM)
	Santa Maria Da Serra	Pior IDH-M da regional; Um dos piores IDH-M Renda; Pior IDH-M Educação; Um dos piores IPVS; Pior IVS Capital Humano; Uma das piores taxas IAG; Segundo pior IDEB 2021 (EM) Um dos piores IDEB 2019 e 2021; Terceira maior % de inscritos no CADÚnico; Segunda maior % de famílias pobres ou na extrema pobreza - CADÚnico; Um dos maiores índices de notificação de violência a pessoa idosa

Fonte: Elaboração própria a partir de dados levantados neste relatório.

3. Dados e reflexões sobre a região a partir da atuação do Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial (NAT) - Piracicaba

O NAT Piracicaba iniciou o trabalho na região em abril de 2012, com equipe técnica formada por uma assistente social e uma psicóloga. Atualmente, é composto somente por uma assistente social, tendo a psicóloga solicitado exoneração do cargo em maio de 2022.

A partir do levantamento das solicitações recebidas pelo NAT desde início da sua atuação, constatou-se que, dos 31 municípios da região, o NAT foi chamado a atuar em 22 deles. Os 09 municípios sobre os quais não foram apresentadas demandas, são municípios de Pequeno Porte I (até 10.000 habitantes) e somente um é sede de Promotoria de Justiça (Conchas). Observa-se, assim, que o NAT-Piracicaba já foi chamado a atuar em quase todas as Comarcas da Região.

Embora a quantidade e as características das demandas recebidas oscilem ao longo dos anos, sobretudo em decorrência da mudança de Promotoras e Promotores dos cargos, observa-se que, de forma geral, as solicitações concentram-se nas

Promotorias de municípios de Grande Porte (Americana, Araras, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e Santa Barbara d'Oeste).

Ainda com base em levantamento das solicitações recebidas pelo NAT Piracicaba até dezembro de 2022, observa-se, no que se refere a solicitações de avaliações de serviços e equipamentos, que as demandas mais frequentes estão relacionadas a: Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes, Instituições de Longa Permanência para Idosos e Comunidades Terapêuticas. Aponta-se que, nos dois primeiros casos, as solicitações estão relacionadas a normativas que estabelecem a obrigatoriedade de promotoras e promotores de justiça de realizarem inspeções periódicas nesses serviços (Resolução CNMP nº 71/2011 e Resolução CNMP nº 154, de 13/2016).

Já no que se refere a solicitações de análises e acompanhamento de Políticas Públicas, observa-se a prevalência de demandas relacionadas às Políticas de Assistência Social e de Saúde Mental.

Não sendo possível, nem tão pouco objetivo do presente estudo, trazer informações aprofundadas sobre todos os temas de atuação do NAT, apresenta-se, abaixo, alguns dados e reflexões sobre as temáticas mais recorrentes nas solicitações realizadas a esse núcleo, conforme exposto acima.

Sobre a temática dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, destaca-se, a partir de dados do Sistema PMAS (Plano Municipal de Assistência Social)[43], o número reduzido de Serviços de Acolhimento em Famílias Acolhedoras, não obstante o ECA estabeleça o acolhimento preferencial nessa modalidade, em detrimento ao acolhimento institucional:

[43] Disponível em: <www.pmas.sp.gov.br>. Acesso realizado em 13/03/2023. Tabela com informações detalhadas disponível no Anexo H.

Tabela 10 – Quantidade de municípios da Regional de Piracicaba com serviços de acolhimento para crianças e adolescentes de acordo com a modalidade

Modalidades de Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes	Nº de municípios
Ausência de Serviço de Acolhimento	11
Acolhimento Institucional	16
Acolhimento Institucional e Acolhimento em Família Acolhedora	05
Acolhimento em Família Acolhedora	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal PMAS.

Como pode ser observado, dos 31 municípios da região, somente 04 possuem Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, enquanto 20 possuem Serviços de Acolhimento Institucional. Embora essa seja uma realidade de todo o país, indica-se a importância de ações de fomento à implementação de novos Serviços de Acolhimento em Famílias Acolhedoras, considerando a previsão legal e, sobretudo, os já conhecidos benefícios do acolhimento familiar em comparação ao acolhimento institucional para o desenvolvimento das crianças e adolescentes afastados de suas famílias de origem.

Sobre o Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, chama a atenção, também a partir de dados do PMAS[44], o número de Municípios que possuem esse serviço de proteção social da alta complexidade, quando comparado ao número de municípios que ofertam outros importantes serviços socioassistenciais destinados à população idosa e que podem contribuir para a prevenção da institucionalização de longa permanência[45]:

Tabela 11 – Quantidade de municípios da Regional de Piracicaba com serviços voltados para a pessoa idosa de acordo com o nível de Proteção Social

Serviços existentes	Nº de municípios
Serviço de Proteção Social Básica no domicílio	7
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas e suas famílias em Centro Dia	06
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa	17

[44] Disponível em: <www.pmas.sp.gov.br>. Acesso realizado em 13/03/2023. Tabela com detalhamento das informações disponível no Anexo I

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do portal PMAS.

Como pode ser observado, dos 31 municípios da região, somente 07 possuem o Serviço de Proteção Social Básica em Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas e 06 possuem o Centro Dia para Pessoas Idosas, números consideravelmente inferiores ao número de municípios que possuem Serviços de Acolhimento Institucional para essa população.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas,

> (...) tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento (2009, p. 25).

Já o Centro Dia do Idoso é uma das unidades que podem ofertar o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas e suas famílias, o qual, também conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais,

> (...) tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes. Deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação de serviços especializados a pessoas em situação de dependência que requeiram cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe será sempre pautada no reconhecimento do potencial
> da família e do cuidador, na aceitação e valorização da diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.
> (...)
> A intervenção será sempre voltada a diminuir a exclusão social tanto do dependente quanto do cuidador, a sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como a interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência ou pessoa idosa.

Pondera-se, assim, a importância do fomento à implementação desses serviços como uma das importantes estratégias, no âmbito da Política de Assistência Social, para evitar a institucionalização de longa permanência de pessoas idosas em Serviços de Acolhimento Institucional.

Ainda sobre os Serviços de Acolhimento Institucional para pessoas idosas, foi identificado, a partir das visitas realizadas pelo NAT, instituições que atendem um número alto de pessoas, não sendo possível a oferta de atendimento personalizado e em pequenos grupos, embora esse seja um dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa para os serviços de institucionalização (Art. 49).

Dados do PMAS corroboram a observação do NAT Piracicaba, indicando que dos 21 Serviços de Acolhimento Institucional para essa população vinculados ao SUAS existentes na região, a maioria possui capacidade de atendimento superior a 20 pessoas:

Tabela 12 – Número de serviços de acolhimento institucional para pessoas idosas de acordo com capacidade de atendimento na Regional de Piracicaba

Capacidade de Atendimento	Nº de Serviços de Acolhimento Institucional
10 a 20	04
21 a 50	12
51 a 100	03
Acima de 100	01

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do portal PMAS[46].

As três maiores instituições da região em termos de capacidade de atendimento, localizadas em Leme, Limeira e Piracicaba, possuem capacidade para atendimento de 75, 85 e 130 pessoas.

Por fim, ainda no que se refere às demandas de avaliação de serviços e equipamentos, chama a atenção o significativo número de demandas de visitas em Comunidades Terapêuticas (44), se comparadas ao número de solicitações relacionadas a outros serviços, também da área de saúde mental, como CAPS (5) e Serviço Residencial Terapêutico (1). Destaca-se que durante tais visitas, além de irregularidades de funcionamento, em descumprimento as normativas da área, como recursos humanos insuficiente e estrutura inadequada, foram frequentemente verificadas situações de graves violações de direitos humanos, como: permanência

[46] Disponível em: <www.pmas.sp.gov.br>. Acesso em 13/03/2023. Tabela com detalhamento das informações disponível no Anexo J

involuntária, permanência de longa duração, relatos de agressão física, psicológica e sexual, incomunicabilidade, contenção física e medicamentosa sem prescrição médica, entre outras.

Compreendendo-se a atuação das Comunidades Terapêuticas a partir de lacunas existentes nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS), buscou-se alguns dados sobre a área de saúde mental na região.

Sobre isso, o Plano Regional da Rede de Atenção Psicossocial Social 14 / CIR Limeira – DRS Piracicaba[47], constituída por municípios que integram a Área Regional de Piracicaba do MPSP[48], apresenta um importante diagnóstico:

> A Rede de Atenção Psicossocial no âmbito da RAPS 14 apresenta-se ainda incipiente, havendo necessidade de implementar novos serviços para consolidar o atendimento de base territorial, com a implantação e habilitação de Centros de Atenção Psicossocial em todas suas modalidades (principalmente CAPS III nos municípios com porte populacional) e implantação de leitos/unidades de referência psiquiátricas em Hospitais Gerais, para o atendimento da crise e quadros agudos com internações breves para estabilização.
>
> Há necessidade de priorizar ações de promoção e prevenção em Saúde Mental, principalmente para a faixa etária de crianças e adolescentes. Essa população vem apresentando nos últimos anos, aumento nas demandas por sofrimento psíquico e uso abusivo de substâncias psicoativas, inclusive com alta incidência de internações psiquiátricas por tentativas de suicídio e por determinações judiciais devido ao uso nocivo de substâncias psicoativas.
>
> Na região existem 02 grande Hospitais Psiquiátricos Especializados, sendo que a Casa de Saúde Bezerra de Menezes – Rio Claro / SP é referência regional para internação de adultos no atendimento de quadros agudos, priorizando o cuidado á crise, com internações breves e o hospital São Leopoldo Mandic (antiga clínica Antônio Luiz Sayão) – Araras / SP, que presta atendimento para pacientes crônicos moradores. Atualmente, contamos uma população total de 111 pacientes crônicos moradores, assistidos pelo Projeto de Desinstitucionalização do Estado de São Paulo, aguardando vaga para acolhimento em SRTs. Sendo este um dos grandes desafios da nossa região, ou seja, acolher todas essas pessoas em Serviços de Residências Terapêuticas ou Residências Inclusivas inseridos na comunidade. (2022)

De fato, em levantamento realizado pelo NAT-Piracicaba a partir de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)[49], é possível

[47] Disponível em: SEI 29.0001.0225382.2022-74. Acesso em 14 de abril de 2023.
[48] Águas de São Pedro, Analândia, Araras, Capivari, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Ipeúna, Iracemápolis, Itirapina, Leme, Limeira, Mombuca, Piracicaba, Pirassununga, Rafard, Rio Claro, Rio Das Pedras, Saltinho, Santa Cruz Da Conceição, Santa Gertrudes, Santa Maria Da Serra, São Pedro.
[49] Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em 09/03/2023.

observar significativas lacunas de pontos de atenção na região. Embora a RAPS seja constituída por diversos pontos, inclusive na Atenção Básica, sendo as ações nesses pontos indispensáveis na prevenção e na oferta de cuidados em saúde mental, buscou-se, nesse levantamento inicial, dados sobre existência de CAPS, Leitos em Saúde Mental, Serviços Residências Terapêuticos e Unidades de Acolhimento, considerando serem unidades específicas de saúde mental e passíveis de levantamento via CNES.

A partir desse levantamento, observa-se os seguintes déficits[50], considerando o porte populacional previstos para existência de cada uma das modalidades de CAPS pela Consolidação nº 03, de 28 de setembro de 2017:

- Municípios acima de 15.000 habitantes que não possuem CAPS:
Brotas, Conchas, Iracemápolis, Itirapina
- Municípios acima de 70.000 habitantes que não possuem CAPS AD ou CAPS i:
Piracicaba e Rio Claro
- Municípios acima de 150.000 habitantes que não possuem CAPS III e CAPS AD III
Americana, Limeira, Piracicaba, Rio Claro, Santa Barbara d'Oeste

Outro dado significativo refere-se ao reduzido número de leitos de saúde mental em Hospitais Gerais:

Tabela 13 – Municípios da Regional de Piracicaba que possuem Leitos de Saúde Mental, população estimada 2021 e leitos de saúde mental em Hospital Geral e Hospital Psiquiátrico

Município	População	Leito de Saúde mental em HOSPITAL GERAL	Leito de Saúde Mental em HOSPITAL PSIQUIÁTRICO
Americana	244,370	-	139 leitos (17 SUS)
Araras	136,739	01 leito SUS	115 leitos (25 SUS)[51]
Conchas	18,138	1 leito SUS	-
Limeira	310,783	12 leitos SUS	-
Rio Claro	209,548	4 leitos (2 SUS)	110 leitos (96 SUS)

[50] Tabela com detalhamento das informações disponíveis no Anexo K
[51] O Hospital São Leopoldo Mandic (antiga Clínica Sayão), localizado em Araras-SP, está cadastrada no CNES (acesso em 27/04/2023) como Hospital Especializado (psiquiátrico). De acordo com seu site, no entanto, a Instituição está em "constante atualização e iniciou um processo gradativo de transformação em um hospital geral, mantendo a sua expertise em psiquiatria e iniciando outros serviços, entre eles Serviços de Internação em Clínica Médica, Ambulatório de Especialidades e Cirurgias" (https://hospitalslmandic.com.br. Acesso em 27/04/2023)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal CNES[52].

De acordo com a Portaria de Consolidação nº 03/2017, é indicada a existência de um leito de saúde mental a cada 23.000 habitantes. Observa-se, no entanto, que somente 04 municípios da região possuem leitos de saúde mental em Hospital Geral, totalizando 18 leitos na região. Os demais municípios, mesmo os de grande porte, utilizam os leitos dos 03 hospitais psiquiátricos da região. Conforme indicado pela DRS Piracicaba, 02 desses hospitais ainda estão com pacientes aguardando vagas em Serviços Residenciais Terapêuticos.

Sobre a existência desses serviços, o levantamento indica a existência de 07 unidades na região, localizadas em Araras, Piracicaba, Rio Claro e Santa Gertrudes. O município de Limeira encontra-se em fase de implementação do serviço.

Indica-se, ainda, que não há Unidades de Acolhimento nos municípios da região. De acordo com a Portaria de Consolidação nº 03/2017, as Unidades de Acolhimento (UA) são serviços da RAPS com caráter residencial e transitório com o objetivo de ofertar acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Referenciado aos CAPS, as UAs são serviços importantes na garantia de direitos sociais como moradia, educação e convivência familiar e social para pessoas em tratamento de saúde por uso abusivo de drogas.

Já na área da Política de Assistência Social, os estudos realizados identificaram, de forma geral, a precariedade da rede de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), tanto no que se refere ao déficit de unidades, como ao déficit de recursos humanos e, consequentemente, aos limites na oferta dos serviços socioassistenciais próprios dessas unidades. Importante ressaltar a importância desses equipamentos, sendo as unidades públicas estatais de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A partir de dados do PMAS[53], observa-se a existência de 03 municípios acima de 20.000 habitantes que não possuem CREAS em sua rede

[53] Disponível em: <https://www.pmas.sp.gov.br>. Acesso em 17/04/2023. Tabela com detalhamento dos dados disponível no Anexo L

socioassistencial: Laranjal Paulista, Rio das Pedras e São Pedro. Observa-se, também, municípios acima de 200.000 habitantes com somente 01 CREAS: Americana, Limeira e Rio Claro. Conforme Orientação Técnica do Governo Federal (2011)[54] é indicado um CREAS para Municípios entre 20.000 e 50.000 habitantes e 01 CREAS para cada 100.000 habitantes para municípios com mais de 200.000 habitantes.

Observa-se, também, que estudos realizados pelo NAT-Piracicaba em 04 municípios de Grande Porte (Americana, Santa Barbara d' Oeste, Araras e Piracicaba) identificaram que todos possuíam significativos déficits de recursos humanos em seus CRAS e CREAS, não dispondo da equipe mínima de referência estabelecida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS).

Sabe-se que, tanto o déficit de unidades, como unidades com déficit de recursos humanos, repercute diretamente nas situações que chegam às Promotorias de Justiça e que demandam intervenções na área da Proteção Social.

Importante ressaltar, por fim, que, tanto nos casos das demandas relacionadas à avaliação de serviços e equipamentos, quanto nos casos das análises e acompanhamento de Políticas Públicas, foi observada, com frequência, a importância do fortalecimento de processos de articulação intersetorial, sendo trabalhados temas como estabelecimento de pactuações, protocolos e fluxos de atendimento entre serviços e políticas setoriais, matéria que também esteve presente, de forma central, nos projetos desenvolvidos pelo CAO e pelo NAT[55] entre 2021 e 2023, nos quais há a participação de algumas Promotorias da região.

[54] Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em 17/04/2023

[55] Projeto de Implementação do Guia de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes e Projeto Acolher.

Por fim, ressalta-se que o presente documento apresenta breves análises sobre a realidade local, a partir de indicadores sociais e informações consideradas como relevantes para esse primeiro momento, podendo ser aprofundadas em momento oportuno, sobretudo em diálogo com integrantes do MPSP, bem como com representantes de outros órgãos e da sociedade civil.

Piracicaba, São Paulo, 27 de abril de 2023.

Claudia Cristina Marqueze de Jesus
Analista de Promotoria I (Assistente Social) - CRESS 36.184
NAT Área Regional Piracicaba

Yuri Daniel Katayama
Analista de Promotoria I (Assistente Social) - CRESS 39.670
NAT Capital

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLINGIERI, J. C. **Mensurando o Desenvolvimento dos Municípios Paulistas: uma descrição crítica do IDHM, IFDM e IPRS.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 21-44, Jan./Jun. 2019. 24 p. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/4774/4932>. Acesso em: 01 de set. de 2021

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.** Aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB 2021** - resultados**.** Disponível em: <Resultados — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep (www.gov.br)>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Informativa do IDEB 2021**. 2021. Disponível em: <Resultados — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep (www.gov.br)>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria 221, 17 de novembro de 2008**. Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0221_17_04_2008.html>. Acesso em: 01 de set. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 03, de 28 de setembro de 2017.** Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html. Acesso em: 17 de abril de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**; Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, nov, 2005. Disponível em: <http://www.mds. gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. em: 27 de ago. de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social.** 2011. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf. Acesso em 17 de abril de 2023.

CARVALHO, P. F. B. (Coord.). PUC Minas/Núcleo de Inteligência Social – NIS. **Índice de Pobreza Multidimensional – IPM**: Brasil - relatório final. Novembro de 2020. 171 p. Disponível em: <IPM-NIS-Relatório-final-20201215.pdf>. Acesso em: 01 de set. de 2021.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. Corregedoria Nacional do Ministério Público. **Carta de Brasília.** Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/corregedoria/carta-de-brasilia>. Acesso em: 01 de set. de 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Portal Índice de Vulnerabilidade Social – IVS**. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.
rrr
MPSP. Ministério Público do Estado de São Paulo. Portal MPSP. **Mapa Regional Piracicaba**. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Promotorias_de_Justica/regioes_adm/relacoes_regionais/regioes_adm_piracicaba/mapa_piracicaba. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

MPSP. Ministério Público do Estado de São Paulo. Procuradoria-Geral de Justiça. **Resolução nº 579/2009 - PGJ, de 12 de março de 2009**. Dispõe sobre a atuação das Áreas Regionais, redefinindo as Promotorias de Justiça da Grande São Paulo e do Interior, criando a Área Regional de Piracicaba e modificando o disposto no Ato Nº 23-PGJ, de 10 de abril de 1991. Disponível em: < https://biblioteca.mpsp.mp.br//PHL_img/ATOS/579.pdf>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasil. **Portal Atlas BR**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasil. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2375>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

SÃO PAULO. Governo do Estado. **Portal GeoSEADE**. Disponível em: <https://portalgeo.seade.gov.br/i3geo/interface/osm.php>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. **Portal Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado**: Região Metropolitana

de Piracicaba. Disponível em: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/?page_id=127>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. **Caderno de Diagnóstico Região Metropolitana de Piracicaba P15**. São Paulo, junho de 2022. Disponível em: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P15-Diagnostico-Piracicaba.pdf>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. **Portal PMAS**. Disponível em: <www.pmas.sp.gov.br>. Acesso em: 13 de mar. de 2023.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Desenvolvimento Social. **Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS.** Disponível em: <https://www.desenvolvimento social.sp.gov.br/diretorias-regionais-desenvolvimento-social/>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Saúde. **Departamentos Regionais de Saúde.** Disponível em: <https://www.saude.sp.gov.br/ses/institucional/departamentos-regionais-de-saude/>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social:** IPVS versão 2010. SP, 2013. Disponível em: <http://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Portal IPRS-SEADE. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS**. Disponível em: <http://www.iprs.seade.gov.br/>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Fundação SEADE. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS: metodologia. 2019**. Disponível em: <http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/metodologia_do_iprs_2018.pdf>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS: metodologia**. SP, 2019. 31 p. Disponível em: <http://www.iprs.seade.gov.br/downloads/pdf/metodologia_do_iprs_2018.pdf>. Acesso em: 01 de set. de 2021.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **SEADE Painel**: Benefício de Prestação Continuada. Disponível em:

<https://painel.seade.gov.br/beneficio-de-prestacao-continuada/>. Acesso em: 01 de set. de 2021.

SÃO PAULO. **Lei Complementar nº 1.360, de 24 de agosto de 2021**. Cria a Região Metropolitana de Piracicaba e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2021/lei.complementar-1360-24.08.2021.html>. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. **Índice de Insegurança Alimentar Grave.** Novembro de 2021. Disponível em: Microsoft Power BI. Acesso em: 11 de abr. de 2023.

SÃO PAULO, Plano Regional da Rede de Atenção Psicossocial Social 14 / CIR Limeira – DRS Piracicaba. 2022. Disponível em: Sei 29.0001.0225382.2022-74. Acesso em: 17 de abri de 2023.

ANEXOS

ANEXO A: Promotorias e municípios correspondentes - Área Regional Piracicaba

Promotoria	Município	Entrância	Nº de Cargos
Americana	Americana	Final	8
Araras	Araras	Intermediária	5
Brotas	Brotas	Inicial	1
Capivari	Capivari	Inicial	2
	Mombuca		
	Rafard		
Cerquilho	Cerquilho	Inicial	VAGO
Conchas	Anhembi	Inicial	2 (1 VAGO)
	Conchas		
	Pereiras		
Cordeirópolis	Cordeirópolis	Inicial	1
Itirapina	Analândia	Inicial	1
	Itirapina		
Laranjal Paulista	Laranjal Paulista	Inicial	VAGO
Leme	Leme	Intermediária	5
	Santa Cruz Da Conceição		
Limeira	Iracemápolis	Final	10
	Limeira		
Piracicaba	Charqueada	Final	19 (2 VAGOS)
	Piracicaba		
	Saltinho		
Rio Claro	Corumbataí	Final	8
	Ipeúna		
	Rio Claro		
	Santa Gertrudes		
Rio Das Pedras	Rio Das Pedras	Inicial	VAGO
Santa Bárbara D'oeste	Santa Bárbara D'oeste	Final	6
São Pedro	Águas De São Pedro	Inicial	2
	Santa Maria Da Serra		
	São Pedro		
	Torrinha		

Fonte: Mapa das Regiões Administrativas Judiciárias – Grupo de Circunscrições Judiciárias por RAJ. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/QuemSomos/QuemSomos/RegioesAdministrativasJudiciarias>. Acesso em: 18/04/2023.
Mapa das Promotorias de Justiça e municípios da área regional de Piracicaba. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Promotorias_de_Justica/regioes_adm/relacoes_regionais/regioes_adm_piracicaba/mapa_piracicaba>. Acesso em: 11 de abr. de 2023

Informações Diretoria Regional de Piracicaba

ANEXO B: Número de habitantes por município e porte

Promotoria	Município	Porte	População (estimada 2021 - IBGE)
Americana	Americana	Grande	244.370
Araras	Araras	Grande	136.739
Brotas	Brotas	Pequeno II	24.862
Capivari	Capivari	Médio	56.973
	Mombuca	Pequeno I	3.523
	Rafard	Pequeno I	9126
Cerquilho	Cerquilho	Médio	50.631
Conchas	Anhembi	Pequeno I	6.911
	Conchas	Pequeno I	18.138
	Pereiras	Pequeno I	8.875
Cordeirópolis	Cordeirópolis	Pequeno II	25.116
Itirapina	Analândia	Pequeno I	5.115
	Itirapina	Pequeno I	18.610
Laranjal Paulista	Laranjal Paulista	Pequeno II	29.047
Leme	Leme	Grande	105.273
	Santa Cruz da Conceição	Pequeno I	4.584
Limeira	Iracemápolis	Pequeno II	24.982
	Limeira	Grande	310.783
Piracicaba	Charqueada	Pequeno I	17.539
	Piracicaba	Grande	410.275
	Saltinho	Pequeno I	8.498
Rio Claro	Corumbataí	Pequeno I	4.072
	Ipeúna	Pequeno I	7.824
	Rio Claro	Grande	209.548
	Santa Gertrudes	Pequeno II	27.850
Rio Das Pedras	Rio Das Pedras	Pequeno II	36.233
Santa Bárbara D'oeste	Santa Bárbara D'oeste	Grande	195.278
São Pedro	Águas De São Pedro	Pequeno I	3.588
	Santa Maria da Serra	Pequeno I	6.298
	São Pedro	Pequeno II	36.298
	Torrinha	Pequeno I	10.100

Fonte: IBGE (projeção 2021). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>.

ANEXO C: tabela IDH-Ms 2010

Município	Posição IDHM de total de 645 municípios paulistas	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Águas de São Pedro	2	0,854	0,849	0,89	0,825
Americana	17	0,811	0,8	0,876	0,76
Analândia	71	0,754	0,745	0,861	0,668
Anhembi	104	0,721	0,681	0,863	0,637
Araras	44	0,781	0,763	0,859	0,728
Brotas	85	0,74	0,724	0,815	0,688
Capivari	75	0,75	0,744	0,848	0,669
Cerquilho	43	0,782	0,758	0,854	0,739
Charqueada	89	0,736	0,72	0,82	0,675
Conchas	89	0,736	0,725	0,837	0,658
Cordeirópolis	67	0,758	0,754	0,858	0,674
Corumbataí	71	0,754	0,728	0,841	0,7
Ipeúna	72	0,753	0,737	0,845	0,685
Iracemápolis	49	0,776	0,742	0,863	0,729
Itirapina	101	0,724	0,734	0,813	0,636
Laranjal Paulista	96	0,729	0,732	0,829	0,639
Leme	81	0,744	0,729	0,851	0,665
Limeira	50	0,775	0,761	0,852	0,719
Mombuca	106	0,719	0,746	0,82	0,607
Pereiras	89	0,736	0,717	0,873	0,637
Piracicaba	40	0,785	0,797	0,848	0,717
Rafard	80	0,745	0,722	0,823	0,696
Rio Claro	24	0,803	0,784	0,862	0,766
Rio das Pedras	66	0,759	0,741	0,842	0,7
Saltinho	34	0,791	0,771	0,857	0,75
Santa Bárbara d'Oeste	44	0,781	0,752	0,867	0,731
Santa Cruz da Conceição	35	0,79	0,83	0,876	0,679
Santa Gertrudes	88	0,737	0,723	0,847	0,654
Santa Maria da Serra	139	0,686	0,688	0,82	0,571
São Pedro	70	0,755	0,741	0,863	0,674
Torrinha	81	0,744	0,734	0,852	0,658

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Com base no Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros registros administrativos. Disponível em: <Atlas Brasil>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

ANEXO D: tabela Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 2010

Município	IPVS - Grupo 1 - Baixíssima Vulnerabilidade (% Da População Exposta)	IPVS - Grupo 2 Vulnerabilidade Muito Baixa (% Da População Exposta)	IPVS - Grupo 3 Vulnerabilidade Baixa (% Da População Exposta)	IPVS - Grupo 4 Vulnerabilidade Média (Urbanos) (% Da População Exposta)	IPVS - Grupo 5 - Vulnerabilidade Alta (Urbanos) (% Da População Exposta)	IPVS - Grupo 6 - Vulnerabilidade Muito Alta (Aglomerados Subnormais Urbanos) (% da população exposta)	IPVS - Grupo 7 - Vulnerabilidade Alta (Rurais) (% da população exposta)	soma 4 a 7	soma 5 a 7
Águas de São Pedro	-	100	-	-	-	-	-	0	0
Americana	4,2	75,3	14,3	4,5	1,7	-	-	6,2	1,7
Analândia	-	23,7	39,9	15,8	20,6	-	-	36,4	20,6
Anhembi	-	28,8	15	22,5	25,6	-	8,1	56,2	33,7
Araras	2,2	50,9	15,6	24,5	6,7	-	-	31,2	6,7
Brotas	-	30,3	15,3	37,4	17	-	-	54,4	17
Capivari	-	55,9	20,4	8,9	12,8	2,1	-	23,8	14,9
Cerquilho	3,9	57,7	36,7	1,7	-	-	-	1,7	0
Charqueada	-	49,8	8,5	20,5	21,2	-	-	41,7	21,2
Conchas	-	50,2	14,7	7,7	21,4	-	6	35,1	27,4
Cordeirópolis	1,6	60,2	22,5	9,2	6,5	-	-	15,7	6,5
Corumbataí	4,5	58,5	37,1	-	-	-	-	0	0
Ipeúna	5,3	35,9	58,9	-	-	-	-	0	0
Iracemápolis	-	58,2	41,8	-	-	-	-	0	0
Itirapina	-	41,7	17,6	6,4	34,3	-	-	40,7	34,3
Laranjal Paulista	-	65	20,1	4,2	3,2	7,4	-	14,8	10,6
Leme	1,8	35	14,1	19,7	29,5	-	-	49,2	29,5

Limeira	2,6	46,5	22,2	22,5	6,1	-	0,1	28,7	6,2
Mombuca	-	52,8	-	-	47,2	-	-	47,2	47,2
Pereiras	-	37,4	39,4	16	7,2	-	-	23,2	7,2
Piracicaba	7,1	53,5	18,3	12,1	7,4	1,7	-	21,2	9,1
Rafard	-	67,1	6,6	10,6	11,9	-	3,8	26,3	15,7
Rio Claro	2,4	53,4	23,7	10,7	9,8	-	-	20,5	9,8
Rio Das Pedras	-	39,2	26,2	22	12,6	-	-	34,6	12,6
Saltinho	-	100	-	-	-	-	-	0	0
Santa Bárbara D'oeste	0,1	70,4	19,5	7,9	1,7	0,4	-	10	2,1
Santa Cruz Da Conceição	-	87,1	-	12,9	-	-	-	12,9	0
Santa Gertrudes	-	26,9	65,2	2,9	5	-	-	7,9	5
Santa Maria Da Serra	-	9,8	-	60,5	29,8	-	-	90,3	29,8
São Pedro	2,2	62,7	11,6	17,6	5,8	-	-	23,4	5,8
Torrinha	-	56,6	6,5	20	16,9	-	-	36,9	16,9

Fonte: Fundação SEADE. Com base no Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <IPVS - Governo do Estado de São Paulo (seade.gov.br)>. Acesso em: 05 de abr. de 2023.

ANEXO E: tabela Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) 2018

Dinâmicos	Em transição	Equitativos	Vulneráveis
Águas De São Pedro	Anhembi	Analândia	Laranjal Paulista
Americana	Conchas	Cerquilho	
Capivari	Itirapina	Charqueada	
Cordeirópolis	Mombuca	Corumbataí	
Ipeúna	Santa Maria Da Serra	Leme	
Iracemápolis		Pereiras	
Limeira		Saltinho	
Piracicaba		Santa Cruz Da Conceição	
Rio Claro		Santa Gertrudes	
Rio Das Pedras		São Pedro	
Santa Bárbara D'oeste		Torrinha	

Fonte: Fundação SEADE. Disponível em: <ALESP (seade.gov.br)>. Acesso em: 31 de mar. de 2023.

ANEXO F: Tabelas Com Outros Indicadores Sociais Pesquisados

Municípios	Taxa De Mortalidade Infantil Em 2019 - Fonte Fundação SEADE*	Taxa De Abandono Do Ensino Médio Em 2019**	Internações Por Saneamento Ambiental Inadequado – 2017***	Internações Por Condições Sensíveis A Atenção Primária 2017***	Taxa De Notificações De Casos De Violência Contra Idosos – 2017****		Proporção De Idosos Que Moram Sozinhos (2010)****
Estado De São Paulo	**10,93**	**2**	**0,72**	**17,07**	**68,18**		**14,18**
Águas De São Pedro	47,62	0	0,56	6,02	117,79	Dado De 2016	17,22
Americana	7,13	1,1	0,26	15,13	59,56		13
Analândia	23,81	0	0	11,21	-		14,59
Anhembi	11,9	0	0	16,11	794,81		18,81
Araras	11,03	2,5	0,61	15,63	72,52		11,63
Brotas	10,42	4,3	0,37	16,84	225,32		12,91
Capivari	2,92	1,7	0,61	18,43	189,64		12,65
Cerquilho	11,32	0,2	0,33	14	62,29		12,81
Charqueada	5,62	1	0,87	19,34	97,85		12,61
Conchas	19,42	5,5	1	19,07	33,25		13,5
Cordeirópolis	6,49	2,2	0,27	11,69	92,13		10,1
Corumbataí	-	0	0	7,14	162,34	Dado De 2015	15,91
Ipeuna	11,36	0	0	5,71	-		13,3
Iracemapolis	22,47	1,1	0,63	12,8	-		11,65
Itirapina	31,65	0	0,77	15,97	49,21		18,64
Laranjal Paulista	5,56	4,2	1,65	23,93	20,83		10,08
Leme	11,67	2,9	1,03	17,71	-		14,56
Limeira	10,37	2,2	0,5	14,91	45,45		10,53

Mombuca	19,23	0	0,81	17,67	-		8,31
Pereiras	30	0	0,43	14,78	79,4	Dado De 2016	18,31
Piracicaba	10,64	1,8	0,52	11,72	14,52		13,52
Rafard	8,26	0	0,48	16,83	77,64	Dado De 2015	12,22
Rio Claro	8,84	1,4	0,17	8,11	113,17		14,22
Rio Das Pedras	4,83	1,9	0,96	22,31	-		13,94
Saltinho	10,42	0,4	0,88	11,49	-		10,32
Santa Barbara D Oeste	13,41	2,7	0,15	11,21	29,39		11,57
Santa Cruz Da Conceição	-	0	2,53	18,33	-		13,36
Santa Gertrudes	9,23	1,4	0,24	5,17	171,14		11,84
Santa Maria Da Serra	-	2	0,3	11,11	138,66		13,22
São Pedro	9,76	1	0,33	10,32	45,17		15,09
Torrinha	10,1	3,8	1,32	14,98	52,21	Dado De 2016	16,94

* Fonte: SÃO PAULO. Fundação Sistema Estadual De Análise De Dados (SEADE). Informações Dos Municípios Paulistas (IMP). Disponível em: <Http://Www.Imp.Seade.Gov.Br/Frontend/#/Tabelas>. Acesso em 30 de Mar. de 2023

** Fonte: Secretaria De Estado Da Educação – SEE/Centro De Informações Educacionais – CIE. Disponível Em: <Http://Www.Imp.Seade.Gov.Br/Frontend/#/Tabelas>. Acesso em: 30 de Mar. de 2023.

*** Fonte: Atlas Do Desenvolvimento Humano No Brasil. Pnud Brasil, Ipea E FJP, 2020. Com Base No Censo Demográfico De 2010 Do Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (IBGE) E Outros Registros Administrativos. Disponível em: <Atlas Brasil>. Acesso em: 30 de Mar. de 2023.

**** Fonte: Fundação Oswaldo Cruz. Sistema De Indicadores De Saúde E Acompanhamento De Políticas Do Idoso. Disponível Em: <Https://Sisapidoso.Icict.Fiocruz.Br/>. Acesso em: 30 de Mar. de 2023.

ANEXO G: Tabela com dados do CadÚnico e do Benefício de Prestação Continuada

Municípios	% População inscrita no Cadúnico (Dez/2022)	% População Inscrita no CadÚnico em situação de pobreza e extrema pobreza (Dez/2022)	Taxa de Atualização Cadastral (Dez/2022)	% Pessoas Idosas Beneficiárias BPC na população maior que 65 anos (Junho/2022)
Estado SP	**29,8**	**16,5**	**69,4**	**9**
Águas De São Pedro	24,9	8,5	71,7	8,5
Americana	15,8	8,5	65,8	5,1
Analândia	31,7	17,2	79,3	5
Anhembi	46,3	29	71,6	3,8
Araras	30,2	17,6	72,6	5,4
Brotas	27,5	8,7	81,8	8,1
Capivari	28,1	20,6	73,7	9,3
Cerquilho	19,3	7,9	83,8	4,9
Charqueada	28,8	19,4	82,7	5,8
Conchas	37,3	18,9	80,6	4,3
Cordeirópolis	28,7	9,4	63,3	4,9
Corumbataí	41,4	16,3	83,9	4,9
Ipeúna	30,4	14,1	78,6	11,7
Iracemápolis	17,1	7,9	69,6	4,3
Itirapina	25	15,6	77,3	8,1
Laranjal Paulista	33,9	18,3	77	5,4
Leme	32,3	15,5	72,2	8,2
Limeira	25,7	16,7	65,9	7,8
Mombuca	57	32,4	74,4	8,9
Pereiras	36,5	14,9	79,2	3,1
Piracicaba	22,6	10,8	79,2	6,2
Rafard	34,9	20,4	79,2	4,3
Rio Claro	21	10,6	67,7	7,4
Rio Das Pedras	16,9	7,2	74,9	5
Saltinho	17,6	6,4	84,5	3
Santa Barbara d'Oeste	14,2	7,2	65,8	4,7
Santa Cruz Da Conceição	35	13,3	76,8	8,1
Santa Gertrudes	13,3	5,1	84,4	7,3
Santa Maria Da Serra	43	21	87,2	4,1
São Pedro	27,4	19,7	75,2	10,8
Torrinha	34,8	13,9	68,7	8,6

Fonte: Ministério da Cidadania. Disponível em: <VIS DATA 3 beta (mds.gov.br)>. Acesso em: 31 de mar. de 2023.
Fonte: Fundação SEADE. Disponível em: <https://painel.seade.gov.br/cadastro-unico-e-bolsa-familia-estado-de-sao-paulo/> e <https://painel.seade.gov.br/beneficio-de-prestacao-continuada/>. Acesso em: 31 de mar. de 2023.

ANEXO H: Tabela com indicativo da existência das diferentes modalidades de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

Município	Serviço Acolhimento Institucional Para Crianças E Adolescentes	Serviço de Acolhimento Em Famílias Acolhedora
Águas de São Pedro	-	-
Americana	X	X
Analândia	-	-
Anhembi	X	-
Araras	X	-
Brotas	X	-
Capivari	X	X
Cerquilho	X	-
Charqueada	-	-
Conchas	X	X
Cordeirópolis	X	-
Corumbataí	-	-
Ipeúna	X	-
Iracemápolis	X	-
Itirapina	-	--
Laranjal Paulista	X	-
Leme	X	-
Limeira	X	-
Mombuca	-	-
Pereiras	X	-
Piracicaba	X	X
Rafard	-	-
Rio Claro	X	-
Rio Das Pedras	X	-
Saltinho	-	-
Santa Bárbara D'oeste	X	X
Santa Cruz Da Conceição	-	-
Santa Gertrudes	X	-
Santa Maria Da Serra	-	-
São Pedro	X	-
Torrinha	-	-

Fonte: <www.pmas.sp.gov.br>. Acesso em 13 de mar. de 2023.

ANEXO I: Tabela com indicativo da existência de serviços socioassistenciais destinados a pessoa idosa

Município	Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas	Existência de Serviço de PSB no domicílio	Serviço de Proteção Social Especial para pessoas idosas e suas famílias
Águas de São Pedro	-	-	-
Americana	X	-	x
Analândia	X	-	-
Anhembi	-	-	-
Araras	X	-	x
Brotas	X	-	x
Capivari	X	-	-
Cerquilho	X	-	x
Charqueada	-	-	-
Conchas	-	x	-
Cordeirópolis	X	x	-
Corumbataí	-	-	-
Ipeúna	-	x	-
Iracemápolis	X	-	-
Itirapina	X	x	x
Laranjal Paulista	X	-	-
Leme	X	-	x
Limeira	X	x	x
Mombuca	-	-	-
Pereiras	-	-	-
Piracicaba	X	x	x
Rafard	-	-	-
Rio Claro	X	x	x
Rio Das Pedras	-	-	-
Saltinho	-	-	-
Santa Bárbara D'oeste	X	-	-
Santa Cruz Da Conceição	-	-	-
Santa Gertrudes	X	-	x
Santa Maria da Serra	-	-	-
São Pedro	X	-	-
Torrinha	-	-	-

Fonte: <www.pmas.sp.gov.br>. Acesso em: 13 de mar. de 2023.

ANEXO J – Tabela com indicativo da capacidade de atendimento dos Serviços de Acolhimento para Pessoas Idosas

Município	Capacidade de Atendimento (Serviço 01)	Capacidade de Atendimento (Serviço 02)	Capacidade de Atendimento (Serviço 03)
Americana	35	-	-
Analândia	10	-	-
Araras	30	40	-
Brotas	20	-	-
Capivari	45	-	-
Cerquilho	50	-	-
Cordeirópolis	16		
Iracemápolis	34	-	-
Itirapina	25	-	-
Laranjal Paulista	37	-	-
Leme	75	-	-
Limeira	28	85	27
Piracicaba	25	130	-
Rio Claro	20	20	-
Santa Bárbara D'oeste	68	-	-
Santa Gertrudes	50	-	-
São Pedro	36	-	-

Fonte: <www.pmas.sp.gov.br>. Acesso em: 13 de mar. de 2023.

ANEXO K - Tabela com indicativo de CAPS existentes e déficits, de acordo com porte populacional.

Município	População (2021 – IBGE)	CAPS existentes	Déficits[56] (de acordo com porte populacional)
Águas de São Pedro	3,588	-	-
Americana	244,370	Caps I, Caps Ad, Caps i	Caps III, Caps Ad III
Analândia	5,115	-	-
Anhembi	6,911	-	-
Araras	136,739	Caps Ad, Caps II	Caps i
Brotas	24,862	-	Caps I
Capivari	56,973	Caps Ad, Caps II	-
Cerquilho	50,631	Caps II	-
Charqueada	17,539	Caps I	-
Conchas	18,138	-	Caps I
Cordeirópolis	25,116	Caps I	-
Corumbataí	4,072	-	-
Ipeúna	7,824	-	-
Iracemápolis	24,982	-	Caps I
Itirapina	18,610	-	Caps I
Laranjal Paulista	29,047	Caps I	-
Leme	105,273	Caps Ad, Caps i, Caps I	-
Limeira	310,783	Caps i, Caps Ad, Caps I	Caps III, Caps Ad III
Mombuca	3,523	-	-
Pereiras	8,875	-	-
Piracicaba	410,275	Caps i, Caps I	Caps Ad, Caps III, Caps Ad III
Rafard	9126	-	-
Rio Claro	209,548	Caps I, Caps Ad, Caps III	Caps i, Caps Ad III
Rio Das Pedras	36,233	Caps I	-
Saltinho	8,498	-	-
Santa Bárbara D'oeste	195,278	Caps i, Caps Ad, Caps I,	Caps III, Caps Ad III
Santa Cruz Da Conceição	4,584	-	-
Santa Gertrudes	27,850	Caps I	-
Santa Maria Da Serra	6,298	-	-
São Pedro	36,298	Caps I	-
Torrinha	10,100	Caps I	-

[56] Portaria de Consolidação nº 03, de 28 de setembro de 2017.

Anexo L – Tabela com indicativo da existência de CREAS

Município	População (estimada 2021 - IBGE)	Quantidade de CREAS
Águas De São Pedro	3.588	0
Americana	244.370	1
Analândia	5.115	0
Anhembi	6.911	0
Araras	136.739	1
Brotas	24.862	1
Capivari	56.973	1
Cerquilho	50.631	1
Charqueada	17.539	0
Conchas	18.138	0
Cordeirópolis	25.116	1
Corumbataí	4.072	0
Ipeúna	7.824	0
Iracemápolis	24.982	1
Itirapina	18.610	0
Laranjal Paulista	29.047	0
Leme	105.273	1
Limeira	310.783	1
Mombuca	3.523	0
Pereiras	8.875	0
Piracicaba	410.275	2
Rafard	9126	0
Rio Claro	209.548	1
Rio Das Pedras	36.233	0
Saltinho	8.498	0
Santa Bárbara D'oeste	195.278	1
Santa Cruz Da Conceição	4.584	0
Santa Gertrudes	27.850	1
Santa Maria Da Serra	6.298	0
São Pedro	36.298	0
Torrinha	10.100	0

Fonte: <www.pmas.sp.gov.br>. Acesso em 17/04/2023.